



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 45

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 17 de Abril de 2002

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 15 horas e 25 minutos.

No **período de antes da ordem do dia** e após a leitura do expediente, continuou-se o debate sobre a declaração política proferida no dia anterior pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*).

Usaram da palavra os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*), Vasco Cordeiro (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*), Fernando Lopes (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), bem como os Srs. Secretários Regionais Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*), Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*) e Economia (*Duarte Ponte*).

No período destinado às intervenções de interesse político relevante para a Região, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Manuel Silveira (*PS*), Mark Marques (*PSD*), António Lopes (*PS*), Luís Medeiros (*PSD*), Aires Reis (*PSD*), Manuel Azevedo (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), José Decq Mota (*PCP*) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*).

No **Período da Ordem do Dia** esteve presente o **abaixo-assinado dos visitantes e frequentadores da zona da pedreira do Meio (Santa Clara), Concelho de Ponta Delgada.**

Sobre o mesmo usaram da palavra os Srs. Deputados Manuel Herberto Rosa (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), Paulo Gusmão (*PP*), Sérgio Ferreira (*PSD*), Manuel Campos (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*).

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 40 minutos)

Presidente Srs. Deputados, boa tarde. Agradecia que tomassem os vossos lugares para darmos início aos nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 25 minutos)

Tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Emanuel Mendonça **Furtado**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Henrique Correia **Ventura**

Hernâni Hélio **Jorge**

José António **Cabral** **Vieira**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José **Humberto** Medeiros **Chaves**

José do **Nascimento** de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Manuel **Avelar** da Cunha Santos

Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Manuel Soares da Silveira
Maria da **Natividade da Luz**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Óscar Manuel Valentim da **Rocha**
Paulo Manuel Ávila **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
António **Bento** Fraga **Barcelos**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel Almada **Macedo**
José Francisco Salvador **Fernandes**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias
José Manuel Avelar **Nunes**
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**
Manuel Ribeiro **Arruda**
Manuel da Silva **Azevedo**
Mark Silveira **Marques**
Raúl Aguiar **Rego**
Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**
Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq Mota**
Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 50 Srs. Deputados.
Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.
Vamos dar início à leitura da correspondência.

Secretário (*António Loura*): Do Presidente do Grupo Parlamentar do PS, ofício informando os Deputados que integram a Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do Serviço Regional de Saúde e são:

- Deputado Francisco Barros
- Deputada Andreia Cardoso
- Deputado Renato Leal
- Deputada Natividade Luz
- Deputado Manuel Avelar.

Secretário (*Raúl Rego*): Dos Srs. Deputados Alvarino Pinheiro e Paulo Gusmão, do Grupo Parlamentar do CDS/PP, um requerimento do seguinte teor:

“Considerando que ultimamente a SATA, quando cancela o voo da Sexta-Feira com destino à Ilha do Corvo, nem sequer programa voo de substituição, transferindo desde logo os passageiros para a viagem normal de escala da Segunda-Feira seguinte;

Considerando que esta atitude continuada representa uma degradação considerável na qualidade do serviço que era prestado no passado;

Considerando que o transporte aéreo é o único que com expectativa de regularidade serve a Ilha do Corvo e que muitos dos que têm de viajar só o fazem por necessidade imperiosa e com custos para as economias familiares que os prolongamentos da estadia em muito agravam;

Considerando que a Ilha do Corvo é aquela que tem um menor número de voos semanais de escala e que os Corvinos já são habitualmente penalizados por muitos cancelamentos motivados pelas más condições atmosféricas,

Considerando também que nestas ilhas a função de assegurar transporte aéreo regular é uma obrigação de serviço público;

Considerando finalmente que no Plano de Médio Prazo 2001/2004 se consagra que os transportes aéreos assumem um papel fundamental na coesão insular e o Governo Regional se compromete a "promover a qualidade dos serviços aéreos prestados";

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Popular vêm requerer a Vossa Excelência que seja solicitado ao Governo Regional informação urgente sobre o seguinte:

1 - Se o Governo Regional já tinha conhecimento da forma como a SATA vem agindo relativamente à falta de reposição de voos cancelados relativamente à Ilha do Corvo;

2 - Quais as obrigações eventualmente impostas à SATA, pelo Governo Regional, como contrapartida das verbas que lhe são atribuídas do

Orçamento Regional, a título de compensação pelo desempenho das funções de serviço público;

3 - Que atitude vai o Governo Regional tomar - e quando - para corrigir a forma de actuação discriminatória da SATA relativamente à Ilha do Corvo, antes que esta se transforme completamente numa prática reiterada, a tal ponto de poder vir a ser abusivamente institucionalizada como se de normalidade se tratasse.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Abril de 2002

Os Deputado Regionais, Alvarino Pinheiro e Paulo Gusmão.”

Secretário (António Loura): Dos Srs. Deputados Alvarino Pinheiro e Paulo Gusmão, do Grupo Parlamentar do CDS/PP, um requerimento do seguinte teor:

“Considerando as melhores condições de que dispõe hoje o porto da Ilha do Corvo, graças ao empenhamento decisivo do CDS/PP e do seu Grupo Parlamentar;

Considerando que, também em resultado das muitas intervenções dos deputados do CDS/PP, presentemente a Ilha do Corvo é servida por um barco que veio melhorar as ligações marítimas;

Considerando que importa agora tudo fazer no sentido de rentabilizar os investimentos efectuados e de procurar que as cargas com destino ao Corvo sejam transportadas em condições de acondicionamento de qualidade semelhante ao que são para as restantes ilhas dos Açores;

Considerando ainda que as mercadorias transportadas a granel sofrem danos e perdas a que não estão sujeitas as que viajam em contentor;

Considerando finalmente que no Plano de Médio Prazo 2001/2004 se consagra que "os transportes marítimos assumem um papel fundamental no processo de desenvolvimento económico e social da Região" e que o Governo Regional ali assumiu o compromisso de "continuar as políticas de melhoria das acessibilidades e de incremento do mercado regional".

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Popular vem requerer a Vossa Excelência que seja solicitado ao Governo Regional informação urgente sobre o seguinte:

1- Se no contrato estabelecido com a empresa que assegura o transporte de cargas para e do Corvo foi ou não prevista a obrigatoriedade de a carga ser transportada em condições de qualidade idêntica aquilo que é praticado relativamente às demais ilhas dos Açores;

2 - Se está prevista e para quando a introdução do sistema de utilização de contentores para as cargas destinadas e provenientes do Corvo;

3 - Em caso negativo que razões alega o Governo Regional para justificar a discriminação negativa que está a ser praticada relativamente à Ilha do Corvo.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Abril de 2002 .

Os Deputado Regionais, Alvarino Pinheiro e Paulo Gusmão. ”

Presidente: Não havendo mais correspondência, vamos passar ao ponto seguinte do período de antes da ordem do dia.

Recordo que ainda não estava concluído o debate de ontem sobre a declaração política do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Por uma questão de cortesia parlamentar, eu daria a palavra ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro se pretender prestar algum esclarecimento, uma vez que ontem ficou impedido por falta de tempo.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado, Sr. Presidente, por essa simpatia. Nós esperamos sempre essa postura de V. Exa., mas neste momento confesso que excedeu a expectativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sob o nosso ponto de vista, o interessante debate de ontem, na sequência da nossa intervenção, no geral, referiu e tocou aqueles aspectos que nos parecem essenciais.

Todavia, houve algumas questões que foram particularmente colocadas. Estou a referir-me às perguntas feitas pelo Sr. Deputado José Decq Mota, em relação às quais, nomeadamente no que se refere à nossa satisfação quanto ao programa do Governo, queria declarar que estamos genericamente e com muito gosto, totalmente solidários, como havia referido, e satisfeitos com as perspectivas, os objectivos e as metas fixadas no programa do XV Governo da República, particularmente no que diz respeito às regiões autónomas. Tendo presente aquilo que nós consideramos que é essencial constar de um programa do Governo, ele também vem ao encontro das nossas expectativas.

Gostaria de referir, e até ligando a uma segunda parte da pergunta que tem a ver com a figura do Ministro da República, que é uma matéria que, como todos se lembram, foi, apesar de tudo, abordada no âmbito da campanha eleitoral para a Assembleia da República. A posição do Partido Popular foi muito clara nesse domínio.

Historicamente, o CDS/PP sempre defendeu e entendeu como útil a figura do Ministro da República. A partir do momento que, no âmbito da Revisão Constitucional, o PSD e o Partido Socialista introduziram as alterações que são de todos conhecidas e, na nossa perspectiva, esvaziaram de uma forma que pode pôr em causa a eficiência e a eficácia do cargo, nós somos realistas e não persistimos em leituras sem ter presente as actualizações e as alterações que entretanto ocorrem.

O CDS/PP afirmou sem qualquer sombra de equívoco que, de acordo com o actual enquadramento constitucional e estatutário, estamos – daí a nossa concordância – perfeitamente abertos e cientes de que, para bem da autonomia e para bem dos nossos interesses específicos, já não se justifica a existência e a manutenção daquela figura com os recortes que ela actualmente apresenta.

Daí não nos chocar, e dissemo-lo por diversas vezes, que se repense a existência do cargo, acautelando obviamente – e isto só poderá ser feito no âmbito de uma revisão constitucional – o exercício das competências que são fundamentais para o processo, nomeadamente legislativo regional, que são ainda detidas pelo Ministro da República.

É óbvio que no âmbito de uma revisão constitucional, essas matérias têm que ser reflectidas.

O CDS/PP está aberto a que isso venha a acontecer, com a consciência de que tudo isso resulta do que foi feito no âmbito da última revisão constitucional.

Objectivamente a pergunta que me foi dirigida pelo Sr. Deputado José Decq Mota em relação ao actual titular do cargo, nós concordamos – e julgamos que não podia deixar de ser – com as declarações que foram feitas pelo actual Sr. Ministro da República, salvo erro, de que iria pôr o seu cargo à disposição. Se me permite, eu diria até que não seria de esperar outra coisa.

Por conseguinte, a partir do momento em que o Sr. Ministro da República vai pôr o cargo à disposição, caberá ao Primeiro-Ministro e ao Governo da República agir de acordo com a sua vontade sobre essa matéria.

O Sr. Deputado José Decq Mota compreenderá que nem eu, nem a minha bancada, neste momento, vamos opinar sobre o que é que deverá acontecer, ou seja, se o Primeiro-Ministro aceita ou não a demissão do actual titular.

Uma coisa é certa, até a uma eventual Revisão Constitucional, vir a extinguir ou não o cargo, ele existe.

Presidente: Sr. Deputado, eu dei-lhe a palavra com limite de tempo.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Enquanto ele existir, tem que ser exercido nos termos do seu enquadramento legal. Partimos do pressuposto que o Ministro da República tem que ser da confiança política do Governo da República como proponente e do Sr. Presidente da República. Parece-nos que é uma matéria que deve ser devidamente analisada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao ouvir o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro ficamos com a impressão de que não houve a discussão que assistimos ontem. Ele passa, com uma habilidade que lhe é muito particular, ao lado de duas questões concretas e precisas que foram aqui colocadas ontem e que ainda não tiveram resposta.

Aquilo que eu gostaria de salientar nesta intervenção era, em primeiro lugar, para não ser acusado pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro de não ter ligado nenhuma àquilo que ele disse, a questão do Ministro da República.

Acho interessantíssimo, que o único ponto concreto do Programa do XV Governo Constitucional, o único ponto onde há um compromisso claro no que diz respeito às autonomias, é exactamente uma matéria que não depende apenas da vontade do PSD e do PP. É peculiar, é sintomático da perspectiva com que se encara essa matéria.

Mas não é do Ministro da República que nós estamos a falar.

Quando a Assembleia da República assumir poderes constituintes, quando a Assembleia da República der início a um processo de Revisão Constitucional, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pode contar com esta bancada para discutirmos esse aspecto.

Hoje, não é isso que estamos a discutir. Hoje, o que estamos a discutir aqui é o posicionamento político do Governo da República e o posicionamento político do CDS/PP e do PSD relativamente a uma questão concreta da transferência dos 4,5 milhões de contos.

Hoje, ao ouvir a Sra. Ministra das Finanças, parece-me que o problema já um bocadinho maior. Já não são apenas os 4,5 milhões de contos.

Ontem foram feitas perguntas e é também para dar respostas que eu hoje me levanto, porque ontem, por falta de tempo, não tive oportunidade.

Em primeiro lugar, foi feita uma pergunta clara, da parte do Partido Comunista Português, sobre a questão da solidariedade e dos 15%.

Nós, pela nossa postura ao longo de toda esta matéria, defendemos a existência dessa solidariedade. Ao contrário do PSD, nós temos uma posição concreta, clara e inequívoca sobre essa matéria. Concordamos com a justeza, achamos que é justo a existência da solidariedade nacional.

Mas a sua pergunta, Sr. Deputado José Decq Mota, não era apenas se considerávamos justo ou não. Incluía uma percentagem. Em relação a essa percentagem, admitimos deixar em aberto, achamos que pode ir mais além, como era prática até aqui.

Que tem que existir solidariedade nacional, é justo, justificado e necessário.

Foram feitas mais algumas perguntas da parte do Sr. Deputado Duarte Freitas, como por que é que o PS, antes de 17 de Março, não levantou todos estes problemas?

É simples. É porque antes de 17 de Março nós tínhamos um Primeiro-Ministro que já estava a cumprir com essa promessa...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... tínhamos um candidato a Primeiro-Ministro que se comprometeu, politicamente, a cumprir com essa promessa e depois de 17 de Março temos um Primeiro-Ministro que se nega a cumprir com essa promessa. É por causa disso que se levanta esta matéria depois de 17 de Março e não antes de 17 de Março.

São motivos claros e justificados para a posição do PS, porque se depois de 17 de Março tivéssemos um Primeiro-Ministro que tivesse uma posição clara sobre essa matéria, de assumir, como é sua obrigação, os seus compromissos, de assumir os compromissos do Governo da República, aí não havia problema. Foram esses três conjuntos de circunstâncias que, antes de 17 de Março, o PS não sentiu necessidade de levantar esse problema e levanta agora.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Repito: acho que na sequência da nossa declaração política feita ontem, essa matéria está esclarecida, mas o Sr. Presidente e Deputado do PS tem insistido nessa história que já conhecemos dos compromissos e das promessas, isto é, que os outros têm que cumprir, assumir e executar as promessas feitas pelos elementos do Governo do Partido Socialista, que eles próprios não foram capazes de as concretizar.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É falso!

O Orador: Os senhores são os próprios que na Região Autónoma dos Açores – o seu Governo, que está aí à sua direita e há vários casos – primam por não cumprir com promessas, algumas delas escritas e é o mesmo Governo.

Todos têm presente e a comunicação social tem dado conta disso que, por exemplo, em relação ao Centro de Saúde da Praia e em relação à Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória,...

Deputado José San-Bento (PS): Tinha que ser a sua rua!

O Orador: Não, é a de São Sebastião!

... à centenária, histórica e uma das mais importantes, misericórdias dos Açores, o Governo Regional, por escrito, pela pena do anterior Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, Álamo de Meneses, compromete-se na feitura do centro geriátrico. Acho que alguns

deputados da Ilha Terceira (se é que ainda há deputados socialistas que se assumam como terceirenses!) deviam ter isso presente.

Há um compromisso assumido do Governo Regional que envolve uma compensação financeira sobre essa matéria. O próprio Governo (parece que é o mesmo Governo!), só por ter mudado de titular, vem publicamente, sem qualquer pejo, sem qualquer poder, dizer: “nós não assumimos, nós não honramos os compromissos assumidos pelo anterior Secretário!”.

Pelos vistos tem o apoio não só de toda a bancada do Partido Socialista, mas dos 6 deputados eleitos pelo povo da Ilha Terceira. Estão serenos e acham tudo isto normal!

Sr. Presidente, nestas matérias é bom olhar primeiro para Casa, olhar primeiro para a postura que vem sendo praticada pelo vosso Governo. Tenham mais ponderação em relação à postura de um Governo que só amanhã é que vai ser empossado e depois veremos como é que vai agir nessa matéria.

Deputado Francisco Sousa (PS): Vai ser empossado amanhã?

O Orador: O seu programa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Foi curiosa mas ineficaz a sua tentativa de fugir à questão.

O Sr. Deputado Paulo Gusmão já sabe, por experiência própria, que eu gosto muito de José Régio, mas digo-lhe Sr. Deputado que não vou por aí.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Não lhe convém!

O Orador: Aquilo que é de registar deste debate, é a incapacidade do PSD e do CDS/PP de se pronunciarem de uma forma clara sobre uma questão que está colocada, em termos claros, pelo Governo da República.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não vamos por aí!

O Orador: No decurso do debate do hoje, já se nota que o PSD nem sequer se dá ao trabalho de ligar a esse aspecto, como se isso fosse só desprezível.

É uma atitude que denota uma arrogância que não se compadece com o debate parlamentar.

É uma atitude que denota um incómodo.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Cada coisa a seu tempo!

O Orador: Os senhores são incapazes de responder a essa questão. Sabem porquê? É porque o PSD e o Governo da República não ligam aos

senhores. Portanto, os senhores não têm o mínimo de possibilidade relativamente a esse aspecto. Os senhores “estão num mato sem cachorro”, não sabem o que é que hão-de fazer com essa questão. Bem que tentam ligar para a Dra. Manuela. Ela atende ao telefone, mas faz orelhas moucas aos senhores. O problema é esse!

Hoje, o vosso silêncio nesta Casa denota claramente isso. Nem quer saber a Dra. Manuela, nem quer saber o Dr. José Manuel, nem toda essa gente! O que é grave e triste é os senhores nem sequer se darem ao trabalho de, em sede, Casa mãe da Autonomia, que tanto querem prestigiar, se levantarem para debater este assunto.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Ainda mais?!

O Orador: Nem sequer são capazes de dar uma resposta concreta a esta matéria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para mim este debate foi mais esclarecedor do que se tivesse havido respostas concretas. Para mim foi mais claro relativamente ao posicionamento do PSD e do CDS/PP, do que se eles estivessem respondido claramente a esta matéria.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

O PSD entende que este assunto, pela sua parte, já teve variadíssimas respostas e já tomou variadíssimas posições, tanto fora desta Assembleia como dentro dela.

Os senhores querem falar hoje e esta semana sobre este assunto que, ao contrário do que o senhor diz, não teve ainda qualquer resposta do Primeiro-Ministro – é preciso que fique registado o que o Sr. Deputado disse – e já disse também como é que era o processo.

Está a ser analisada a situação financeira do país, o desastre em que os senhores deixaram a situação financeira do país. **Deputado Fernando Lopes (PS):** Se está sendo analisada, como é que é desastre?

O Orador: Sr. Deputado Fernando Lopes, é um desastre tão grande que o seu correligionário António Guterres, no dia 17 de Dezembro, disse “até amanhã se Deus quiser!” aos senhores, porque já não resolvia nada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PP)

É um desastre tão grande que hoje em dia nem os senhores são capazes de “pôr as mãos no fogo” para saber o tamanho do buraco.

Sabe-se que é grande, sabe-se que ainda não se descobriu o fundo e também se sabe que os principais responsáveis são os seus colegas correligionários do Partido Socialista da República.

É bem mais grave do que aquilo que a algum tempo se pensava.

Está-se a fazer calmamente a análise da relação financeira com a Região Autónoma dos Açores e vão vir ao de cima todas as questões que estão por resolver, certamente.

O que os senhores querem nesta semana – uma semana após a tomada de posse do Governo da República – sem ainda ter sido discutido o Programa do Governo, é gritar muito, falar muito, pôr cá para fora a vontade de reivindicar aquilo que esconderam durante 6 anos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Querem pôr tudo cá para fora rapidamente, a alto e bom som, que não foram capazes por compadrio com o Governo da República, o Governo da República que deixou esta herança que os senhores agora querem que gente pague e resolva rapidamente. Isso vai ser analisado e feito com ponderação.

Se os senhores tivessem essa capacidade de ponderação ao levantarem a questão pela primeira vez, se tivessem feito num tom, como aliás já referi ontem, diferente daquele que o senhor fez, mas se calhar mais próximo daquilo que o Sr. Secretário Francisco Coelho fez, as coisas eram muito mais fáceis.

Os senhores criaram um problema desnecessário e gratuitamente. Elevaram a voz, criaram um problema em vez de o resolver.

Estas situações vão ser resolvidas. O PSD já se pronunciou e o PSD não tem problema nenhum em entrar neste debate como em qualquer outro.

Estamos aqui para o que der e vier.

Não vamos eternizar dizendo a mesma coisa, quando os senhores querem continuar a falar para despejar tudo aquilo que foram guardando no saco ao longo dos últimos anos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao intervir neste debate terá que ser de forma muito breve, porque temos outra gestão para fazer ao nosso tempo, mas há duas questões que não

posso deixar de referir, sendo a primeira em género de comentário e aparte.

O tom geral que aparece neste debate deixa a ideia de que, nos próximos tempos, vão haver situações em que o PCP vai ser o único partido da oposição nesta Casa. Porquê? Porque o PSD e o PP estão no Governo da República e o PS está no Governo Regional. Comportam-se como partidos no poder.

A resposta do Deputado Duarte Freitas hoje, é tipicamente a resposta de um partido de poder que não quer assumir nenhuma espécie de compromisso.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

O Orador: Mais. Não pode assumir nenhuma espécie de compromisso, porque tem um Programa de Governo da República que em relação à autonomia regional é “um saco cheio de nada” como o poeta Manuel Alegre escreveu há muitos anos, com excepção do Ministro da República, que é a única coisa concreta que ali está posta.

Perante isto não pode assumir nenhum compromisso.

A pergunta simples que fiz ontem ao Sr. Deputado Duarte Freitas e que repito agora, ou seja, se considera ou não justo que haja comparticipação do Estado no esforço da reconstrução, essa pergunta não foi respondida.

Em última instância pedia uma resposta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Eu não posso ficar quieto e calado quando ouço o senhor dizer que o PSD já tomou várias posições dentro e fora desta Assembleia relativamente à questão da transferência dos 4,5 milhões de contos para os Açores.

Ontem, o senhor nem sequer sabia se era justo ou não haver solidariedade no âmbito da reconstrução!

Ontem, o senhor nem sequer sabia se era justo ou não haver a transferência no âmbito da solidariedade nacional!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Não foi isso que o senhor disse? Então deste lado toda a gente percebeu mal.

O senhor sabe qual é o vosso comunicado?

O vosso comunicado é acusar o Governo da República e é acusar os socialistas.

Os senhores não têm posição concreta!

O que é grave aqui é apenas a justificação que os senhores encontram para não se pronunciar, que é o estudo do estado das finanças públicas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E da relação com os Açores!

O Orador: Vai ser revista.

Parafraseando aqui o que dizia o Deputado Fernando Lopes, primeiro isso é contraditório. O senhor nem sequer pensou bem naquilo que disse.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sabe-se lá quantos “esqueletos” vão saltar do armário!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Nós ainda estamos a analisar a catástrofe que deixaram!

O Orador: O senhor não pode dizer que é catastrófico se ainda não concluiu o estudo.

Em segundo lugar, o que isso traduz é o abrir da porta pelo senhor para que toda e qualquer cooperação financeira entre o Estado e Regiões Autónomas possa ser cortado.

Se é isso que os senhores querem, tenham coragem e digam-no aqui.

Se é isso que querem, tenham coragem e defendam-no publicamente, porque começam a existir sinais claros de que a vossa perspectiva é de cerco ao Governo Regional dos Açores. Senhores deputados, para final desta discussão, o PS/Açores, e esta bancada, não vão admitir isso, não vão admitir esse tipo de comportamentos.

Portanto, em relação a esta matéria e a esta necessidade, fiquem com as vossas omissões no que se refere a esta pronúncia concreta.

Nós ficamos com a nossa certeza de que este é o caminho pelo qual as coisas devem ser feitas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Eu intervenho neste momento porque as palavras do Sr. Deputado Duarte Freitas indicam algo que me parece extraordinariamente preocupante, não por uma questão de 4 milhões ou dos milhões que forem, de cumprimentos ou de descumprimentos, mas porque ele disse, e eu queria aqui sublinhar, “vamos ter de avaliar, de descobrir os “esqueletos”, de descobrir os buracos, sobretudo – e aqui sublinho – nas relações com as Regiões Autónomas”.

Pela boca de um dirigente do PSD/Açores está-se a veicular nesta Casa um clima de suspeição sobre as autonomias, que é inadmissível na boca de um açoriano. Eu não digo de um social democrata, mas de um açoriano!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): O meu bilhete de identidade comprova isso!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O bilhete de identidade do Fernando Lopes também responde por ele!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O do Sr. Deputado Fernando Lopes não sei o que é que diz!

O Orador: O meu diz, com honra, nascido em Portugal, freguesia de Marvila, residente no Largo Camões, Ponta Delgada, com muito orgulho. Se quer ser xenófobo e racista, então diga-o aqui mais uma vez!

Sou continental, sim senhor, nascido, mas também vivendo nos Açores com 20 e tal anos, com muito trabalho dedicado a esta Região!

Se quer prosseguir por esse caminho, vai mal. Nem no tempo do fascismo se fazia isso.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Se querem enveredar por esse caminho, acho melhor “arrepisar”, porque eu acho que não pensou no que disse. Acho que nenhum açoriano subscreve o que disse.

Com muita honra, em Governos do PSD, serviram continentais!

Com muita honra, nesta Casa, se sentaram continentais e defenderam os Açores!

Não lhe admito isso.

Com muita honra sou português, residente nos Açores, com todos os direitos previstos na Constituição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Esse é um debate de origem de secretaria!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Colegas do Governo:

Eu considero, apesar de tudo, embora possa não parecer a uma primeira leitura, que este debate foi extremamente útil e esclarecedor, não tanto por aquilo que se disse, mas sobretudo por aquilo que não se disse.

Esse silêncio, conforme tive oportunidade de dizer ontem, fala muito alto.

Sr. Deputado Duarte Freitas, pode não acreditar, mas às vezes a melhor arma é dizer a verdade.

Talvez fosse melhor o Sr. Deputado ter chegado cá e ter dito, até como açoriano e picaroto que é, uma das ilhas sinistradas, que são a favor e sempre foram da solidariedade nacional, que acham que esse dinheiro deve vir e que sabem o que é que o Governo da República pensa sobre isso. Toda a gente percebia.

Não foi esse o caminho que o PSD escolheu, porque isso ia deixar cair por terra a encenação que o PSD/Açores tenta construir desde que o Governo da República mudou. É a encenação do amigo.

Toda a gente já percebeu que o Sr. Primeiro-Ministro Durão Barroso tem mais que fazer do que ligar ao PSD/Açores. Pelos vistos, infelizmente por aquilo que vimos no programa, como dizia e muito bem o Sr. Deputado José Decq Mota, pelos Açores e pelas Autonomias.

Portanto, o PSD vê-se na posição incómoda de fazer de advogado de um cliente que não lhe bate à porta e que não lhe dá informações. É uma posição difícil e por isso o PSD fica descalço e em contradição nítida com aquilo que são os seus princípios, com aquilo que é a sua política habitual e que é, inclusive, reconheça-se, a sua história.

O PSD/Açores colocou-se voluntariamente, em nome de uma amizade que não existe, numa posição inédita.

O PSD/Açores abandonou a defesa de princípios de autonomia, concordasse com eles ou não, em nome de fazer de advogado de um recém eleito Governo da República, pensando que talvez isso o vai conduzir, ao colo, ao poder dos Açores.

É um erro crasso. Os açorianos saberão certamente analisar isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para colocar alguma serenidade neste debate...

Deputado José San-Bento (PS): E para pôr a sua bancada em ordem.

Já se devia ter levantado há mais tempo!

O Orador: ... e sobretudo para garantir que da parte do PSD, o projecto da autonomia, o relacionamento estável das instituições dos órgãos de Governo próprio da Região com o Governo da República, está assegurado, como sempre esteve com o PSD nacional e com o PSD regional.

Que fique bem claro que o comportamento do PSD nacional e do Dr. Durão Barroso para com as autonomias e para com o PSD dos Açores é

de inequívoca solidariedade e de responsabilidade. Para nós um bom governo para o país será também bom para as regiões autónomas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Responda às questões!

O Orador: O PSD não gasta as palavras e não anuncia promessas quando fora de tempo não pode avaliar em concreto a actual realidade das finanças públicas do país.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Que os senhores cancelaram!

O Orador: O PS e o Eng^o. António Guterres bastas vezes anunciaram milhões e transferências para os Açores e a realidade hoje anunciada pelo Governo Regional e pelos gestores públicos nomeados pelo Governo do Partido Socialista na EDA e na SATA, é de que há um défice grave no relacionamento financeiro entre a Região Autónoma dos Açores e o Governo da República.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Já foram transferidos 5,3 milhões de contos!

O Orador: Nós não vamos por aí, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Nós não anunciamos demagogicamente aquilo com que não nos podemos comprometer desde já.

Que fique claro que um Governo responsável para resolver a situação de crise das finanças públicas do país, há-de ter em conta um desenvolvimento convergente do país no sentido de atingirmos as melhores médias da União Europeia...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Que grande confusão!

O Orador: ... e com isso a garantia de um processo solidário de transferências financeiras para a Região Autónoma dos Açores, por forma a prosseguir a convergência com o país e com a União Europeia.

Ao contrário do que dizia o Sr. Deputado José Decq Mota, isto está expresso no programa eleitoral do Governo do Partido Social Democrata e do CDS/PP.

No programa do Governo vêm afirmados os principais e fundamentais princípios da acção governativa.

A verdade é que este programa de Governo que hoje está em debate na Assembleia da República, espelha o programa eleitoral do Partido Social Democrata em matéria de autonomias, aliás, sufragado maioritariamente no país e na Região Autónoma dos Açores.

Os açorianos sabem o que é que há no programa do Governo relativamente a autonomias.

Hoje, os açorianos e os portugueses conhecem a capacidade que o Primeiro-Ministro, Dr. Durão Barroso, tem em ouvir o PSD dos Açores relativamente àquilo que foram os seus compromissos: garantir

solidariedade para com a Região Autónoma dos Açores, garantir convergência e desenvolvimento para a coesão sócio-económica dos Açores com o país, com a União Europeia. Contra um país a duas velocidades.

Para que fique registado, este debate promovido pelo PSD foi feito com responsabilidade, não anunciando, nem prometendo aquilo que não pode. Prometer o que não podia foi sempre o que fez o Partido Socialista, o Eng.º António Guterres e Ferro Rodrigues.

Hoje, fizeram cair o País e caíram num pântano que levou António Guterres de novo ao seu posto de trabalho antes de se dedicar à política.

Por aí não vamos, nem o PSD dos Açores, nem o PSD nacional, nem o Governo de Portugal.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Intervenho nesta altura, depois de ouvir pormenorizadamente todo o debate, para dizer que esta última intervenção do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD contém afirmações que não são verdadeiras e que merecem ser claramente rebatidas.

Não é possível vir falar-se aqui na dignificação do país, no prestígio e no relançar Portugal na União Europeia, quando existe uma Ministra das Finanças que tem a coragem de em pleno ECOFIN fazer e desmentir o Presidente do EUROSTAT.

Aquilo que fez a Ministra das Finanças não foi atacar o PS ou criar um problema a Guterres. Aquilo que a Ministra das Finanças fez foi portar-se miseravelmente com o nosso próprio país com quem ela deveria ter o maior cuidado na representação que tem.

Isto é mais grave ainda sobretudo quando se fala aqui em sentido de Estado que é uma matéria que normalmente dá lições.

Gostava também de referir, e para concluir, que a conclusão que os açorianos vão tirar e com certeza já tiraram a esta hora deste debate é muito simples:

Aquilo que nós estamos a assistir neste momento em Portugal é o início de uma aliança negativa que em relação às autonomias tem um propósito muito claro: é o cerco, é a asfixia financeira.

Aquilo que o PSD e aquilo que o PP a nível nacional vão fazer – e eu fico desconfiado – com a ajuda do Presidente do vosso partido, é garantir que

para os Açores vai vir menos dinheiro, vão haver mais constrangimentos e mais dificuldades financeiras com o único propósito de criar dificuldades ao Governo dos Açores, de criar descontentamento social para com isso os senhores poderem capitalizar esse descontentamento, pensando que com isso vão conseguir subir nas intenções de voto e vão conseguir governar os Açores. Acho que esta é a conclusão que os açorianos vão tirar.

Muitos dos açorianos que votaram nos senhores, neste momento, já se questionarão sobre as reais intenções da presença do Dr. Victor Cruz em Lisboa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Colegas do Governo, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Eu gostava de ficar mais descansado depois da primeira parte da sua intervenção,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Pode ficar descansado, porque somos competentes!

O Orador: ... em relação à proclamação ou à reafirmação dos princípios que todos nós comungamos de solidariedade e de discriminação positiva das regiões autónomas. É exactamente isso que nós queremos. Ficaremos muito satisfeitos e teremos até oportunidade de o dizer, se for essa a prática do novo Governo da República. Esperemos que seja.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Leia o programa do Governo!

O Orador: A respeito de uma questão muito concreta, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, penso que, além de não ter respondido mais uma vez à questão, a sua argumentação não colhe.

Nós estávamos a falar de uma questão concreta, ou seja, dos 4 milhões de contos. Esses 4 milhões de contos não têm nada a ver com o défice, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro. Esses 4 milhões estão regularmente inscritos no PIDAC para o ano de 2002. Esses 4 milhões existem.

Além disso, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, provavelmente também terá tido oportunidade de ver, numa entrevista que creio que terá passado na RTP/Açores, aquando da posse do Governo da República, o Sr. Alberto João Jardim dizer, a respeito do défice, que o contributo da Região Autónoma da Madeira para o défice é de 0,39%.

O contributo dos Açores é de 0,4%.

O problema do défice são as Regiões Autónomas?

Penso que todos concordam que não.

Não penso que sejam estes 4 milhões “a sardinha que fará cair a burra”.

Vamos ter consciência disso e vamos responder às questões concretas que aqui foram colocadas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor é que devia ter falado disso e não o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro para esclarecimentos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após este apelo do Sr. Deputado Duarte Freitas para que eu esteja calado, eu não me calo.

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Em primeiro lugar, eu lamento, mas a realidade dos factos demente-o cruamente. O programa que o XV Governo Constitucional apresenta à Assembleia da República e está a ser discutido, só numa visão de miragem é que pode corresponder aos compromissos que os senhores assumiram com os açorianos.

Eu tenho aqui os vossos compromissos:

- reforço da autonomia (corresponde à generalidade do programa);
- participação das Regiões Autónomas nas questões internacionais que lhes digam respeito (se calhar aqui é para o Dr. Durão Barroso se redimir com aquilo que fez com o Acordo da Base das Lajes);
- extinção do cargo do Ministro da República;

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Isso está na Constituição!

O Orador: Consta. Mas sabe o que é que não consta?

Não consta, por exemplo, a revisão da Lei de Finanças de Regiões Autónomas tendo em vista a suficiência de recursos. Cirurgicamente foi retirada a suficiência de recursos.

O acesso das Regiões Autónomas à Base de Dados das Finanças para identificação das receitas fiscais nelas cobradas – um compromisso vosso – não consta do Programa do Governo;

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Nem tem que constar!

O Orador: A convergência do tarifário eléctrico não consta;

A colocação dos açorianos em igualdade de direitos no respeito ao acesso gratuito a todos os canais nacionais de televisão, não consta;

A extensão a todas as parcelas dos Açores da televisão digital, também não consta;

A discriminação positiva do financiamento a favor da Universidade dos Açores, também não consta;

A regionalização dos serviços periféricos prestados nos Açores, também não consta;

O apoio às acções confiadas às Forças Armadas nos Açores, não consta;

Mais quota leiteira disponível que assegure o potencial de produção de leite nos Açores, também não consta;

A salvaguarda do património natural e arquitectónico, também não consta;

A descentralização e desburocratização no âmbito do domínio público marítimo, também não consta.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Nem tem que constar!

O Orador: Quem não leu o Programa do XV Governo da República é que pode dizer que os vossos compromissos correspondem a esse programa.

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro referiu que só após se analisar devidamente o relacionamento financeiro do Estado com as Regiões Autónomas é que se poderia decidir essas questões.

O que é que o senhor está a sugerir? Que o Governo Regional analise todo o seu relacionamento com as câmaras municipais dos Açores e só a partir daí é que defina a cooperação técnico financeira?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Devia, porque favorecem os socialistas e desfavorecem os sociais democratas!

O Orador: Não me venha com conversas de socialistas, Sr. Deputado. Encontre argumentos, não me venha com a conversa de sempre.

O senhor está a sugerir que o Governo Regional adopte, em relação às Câmaras Municipais dos Açores o mesmo procedimento que o Governo da República, com o vosso apoio, se prepara para aplicar em relação às Regiões Autónomas?

Deputado Duarte Freitas (PSD): É bem diferente do que os senhores fazem! Muito diferente!

O Orador: De qualquer das formas e para terminar, no fim do debate, firmes, hirtas, incólumes, inatacáveis, permanecem duas perguntas, a do PCP e a do PS.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Suponho que este debate já vai muito longo.

De facto, há algumas perguntas que não obtiveram resposta. Para dar um contributo a esse conjunto de perguntas que continuam sem resposta, eu tomava a liberdade de perguntar ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro se

algum desses pontos que acabou de enunciar, que figuravam no nosso programa eleitoral, o Partido Socialista da Região Autónoma dos Açores obteve a sua concretização por parte do Eng.º Guterres?

Nem a televisão digital, nem os quatros canais nacionais, nem tudo o mais que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro acabou de anunciar. Sobre esta matéria estamos entendidos.

Ontem, não tive oportunidade de participar no debate, mas constatei que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro também vai tomando o gosto de fazer algumas apreciações, eu diria mesmo alguns actos de fé convictos naquilo que a imprensa vai produzindo.

Tem ido mais longe, porque o Partido Socialista Açores realizou várias conferências de imprensa baseadas numa notícia posta a circular num jornal nacional de referência.

Permita-me V. Exa. que eu utilize um jornal de referência da minha – da nossa – Região Autónoma dos Açores que, por sinal, tem oito vezes mais tempo de vida e de publicação do que aquele que V. Exa. citou.

Deputado Dionísio Sousa (PS): O Expresso das Nove!

O Orador: Nesse jornal, que é o Açoriano Oriental, vêm declarações de um, até há pouco tempo, assessor do Sr. Presidente do Governo Regional, pessoa que teve a confiança política do Governo Regional, designadamente do Sr. Presidente – andou pelos corredores de Sant’Ana, representou a Região em diversas acções, realizações e actos de cooperação com o Governo da República – que disse:

“No passado recente, o PS dos Açores evitava manifestar-se publicamente contra o centralismo de Lisboa, por razões de amizade e de estratégia (dependência?) com o PS nacional.”

O mesmo jornal também define o que é a autonomia cooperativa. E diz:

“É aquela em que Ministros e Secretários de Estado nunca se pouparam a vir aos Açores prometer protocolos atrás de protocolos e milhões atrás de milhões.

Quantos milhões – e aqui dou o meu contributo com mais algumas perguntas para ver se elas têm resposta – é que os governos da autonomia cooperativa deveriam ter enviado para os Açores e não enviaram?

Quais foram os Ministros que não cumpriram com o prometido?

Quais os protocolos que não passaram da assinatura no Salão Nobre do Palácio da Conceição ou de Sant’Ana?

Pelo que tem sido dado a conhecer está encontrada a raiz programática da autonomia cooperativa.”

Reza assim:

“Os responsáveis juntam-se entre sorrisos e abraços. Ambos prometem em conjunto o mais diverso tipo de iniciativas. Depois uma das partes não cumpre e a outra cooperativamente mantém um silêncio como se nada se passasse.

Pior do que jornalistas que alegadamente mudam de prática, serão governantes que vão tendo pátrias diferentes consoante a cor política que se encontra a governar no Terreiro do Paço.”

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Voltando ao tema dos “esqueletos” e dos objectivos, eu, por vício profissional, queria ser preciso:

Foi aqui dito que no programa de convergência negociado com Bruxelas e partindo de um défice nacional de 1,5%, se estabeleceu como objectivo para 2002, para o conjunto do país, um objectivo de 0,8% no défice.

Se os senhores deputados tiverem o cuidado de irem ao orçamento da Região Autónoma dos Açores, fazer as contas sobre qual o défice que está lá incluso, calcularem em função do conjunto das despesas, terão a grata surpresa de verificar que na Região Autónoma dos Açores, este défice é o previsto de 0,6%, ou seja, a baixo dos objectivos traçados.

Também é bom recordar aqui que durante este período, ou seja, imediatamente a seguir ao ano 2000, em 2001 e em 2002, entrou-se num período de crise que afectou todas as economias internacionais, nomeadamente as maiores economias do mundo. Falo da economia japonesa, da economia norte-americana e da alemã.

É bom relembrar que em todas elas, e neste momento na Alemanha, os objectivos do défice foram largamente ultrapassados, não por incúria destes governos, mas porque as circunstâncias da economia internacional assim o obrigaram. Não foi por incúria do Governo Alemão que isso se verificou, nem por incúria do Governo Norte-Americano e dos presidentes que governaram durante este período nos Estados Unidos, nem por incúria do Sr. Aznar, é porque as circunstâncias mudaram.

Desse ponto de vista, estamos conversados.

Se nos referirmos em concreto à Região Autónoma dos Açores, temos a grata surpresa que o objectivo do défice é mais ambicioso.

Não sei se no fim vamos atingir ou não, porque as circunstâncias económicas são difíceis ao nível europeu. Todos nós sabemos que agora é que estamos a atravessar na Europa o pior período de crise, que já passou nos Estados Unidos.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Portanto, é perfeitamente despiciendo estar a tentar levantar suspeições no que respeita à governação da Região Autónoma dos Açores nestas matérias.

Finalmente e pedindo escusa ao Sr. Presidente, somente uma nota pessoal. Há pouco eu levantei a voz num momento em que me considerei ofendido na minha honra. Esperei calmamente por uma intervenção da bancada do PSD. Levantou-se o Presidente da bancada do Partido Social Democrata. Eu esperava por um pedido de desculpas...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Isso é que era bom!

O Orador: ... eu espero ainda por um pedido de desculpas formais, pelo que foi dito por um dirigente do PSD sentado na primeira fila.

Se ele não o consegue fazer pessoalmente, a honra e os preceitos desta Casa, exigem que o dirigente máximo que está sentado naquela bancada se levante e o faça, porque esta é a tradição nesta Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente em relação àquilo que foi dito pelo Deputado Joaquim Machado, gostaria de lembrar o que foi feito em termos da cobertura do Canal 1, a nível dos preços das revistas e dos jornais, que foi idêntico, etc..

O Sr. Deputado traz para aqui uma apreciação, naquilo que parece ser cada vez mais a sua especialidade, dando eco a páginas de jornais.

O senhor vem para aqui falar sobre a opinião de uma pessoa que já não é assessor do Presidente do Governo.

O que precisamos ter como essencial é o facto de se vir para aqui falar de aspectos importantes, que têm características verdadeiramente factuais e indiscutíveis. Se vamos trazer para aqui citações e o bater e rebater de opiniões, nunca mais saímos daqui.

Mas vamos ao essencial.

O Sr. Deputado tentou aqui fugir – isso começa a ser a tendência da sua bancada – a duas questões que permanecem e que os açorianos ainda não viram esclarecidas da parte do PSD. São elas:

- Os senhores acham ou não justo o princípio da solidariedade nacional?

- Os senhores lutam ou não contra o cancelamento da transferências para os Açores?

É isso que é preciso definirmos muito claramente e é isso que é preciso ser esclarecido, porque aquilo que os senhores estão aqui a fazer e já fizeram ontem e hoje – reiteraram isso – é chegar ao ponto de relativizar questões de princípio da defesa da autonomia, que era algo que nós considerávamos impensável.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à insistência que taticamente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer fazer sobre o mesmo assunto que ontem foi exaustivamente tratado, nada mais temos a acrescentar porque o que havia para dizer foi dito com clareza.

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores nunca responderam!

O Orador: Sr. Deputado Fernando Lopes, se na questão de honra e bom senso tem ocorrido alguma violação nesta Casa, nunca partiu da bancada do Grupo Parlamentar do PSD...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sinceramente!...

O Orador: ... mas já não se pode dizer o mesmo da bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Dessa bancada nunca houve um pedido de desculpas por uma ameaça de agressão física; dessa bancada nunca houve um pedido de desculpas por rasgar papéis.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Ah! Só faltava essa. Entrámos na anedota!

O Orador: Entrámos na memória da arrogância, da prepotência e do abuso de poder que veio da parte do Sr. Deputado Dionísio Sousa a propósito de uma proposta séria para uma matéria bastante sensível, mesmo para a opinião pública, que o PSD apresentou naquela altura.

Nunca veio, designadamente da parte do Sr. Deputado Fernando Lopes um pedido de desculpas à bancada do Partido Social Democrata, ou ao funcionário do seu Grupo Parlamentar, por um excesso de zelo e por uma tentativa de agressão quando um funcionário, com poder para isso...

Deputado Fernando Lopes (PS): Com poder para isso?!

O Orador: ... tentou tirar fotografias ao Grupo Parlamentar do PSD.

A propósito de honra ou de defesa da honra, os senhores têm um grande défice. Nesta bancada não existe qualquer défice.

Devo-lhe dizer que o aparte do Sr. Deputado Duarte Freitas foi apenas “o meu bilhete de identidade comprova a minha origem”. Foi isto que ele disse e nada mais.

Deputado Fernando Lopes (PS): Não foi isso que ele disse!

O Orador: O Sr. Deputado interpretou como quis e tentou, de um aparte tão simples como o meu bilhete de identidade fala por mim, criar um caso de honra, um excesso demagógico para querer vitimizar-se num assunto que não tinha qualquer acusação, qualquer denúncia, muito menos um ataque à honra.

Sr. Deputado, reserve para momentos que mereçam essa defesa da honra ou reclame um pedido de desculpas formais para situações em que esteja em causa uma situação destas.

Não foi o caso, por isso eu não o fiz, não o faço e não o farei pela simples razão de que não era situação que merecesse, por um lado, a sua ofensa e, por outro, o pedido de desculpas do Grupo Parlamentar do PSD.

Presidente: Srs. Deputados, como sabem, compete à Mesa dirigir os trabalhos deste plenário e peço-vos a todos, em nome do prestígio que nos deve merecer esta Casa, que o debate não comece a enveredar por estes caminhos.

Há vários Srs. Deputados inscritos. Já estamos fora do tema, por isso peço aos Srs. Deputados o maior bom senso para que seja possível conduzir os trabalhos até ao final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes para defesa da honra.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, eu agradeço-lhe porque é uma questão de defesa da honra face às afirmações que agora foram proferidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, a insinuação e a afirmação de que eu agredi um funcionário do PSD nesta Assembleia.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Tentou agredir!

Deputado Mark Marques (PSD): E só não agrediu porque o Duarte Freitas e o Mark Marques não deixaram!

O Orador: Em primeiro lugar, para negar essas afirmações, porque não são verdadeiras.

Eu pedi a um funcionário, que depois vim a descobrir que era do PSD, que neste plenário, onde não têm o direito de estar não identificado sem a autorização da presidência desta Assembleia, se identificasse.

Perguntei-lhe depois por que estava a tirar fotografias quando a sua função nesta Casa era de funcionário de apoio parlamentar e não de fotógrafo.

Para que fique aqui registado, a máquina utilizada nem sequer era propriedade de um partido, era propriedade e património desta Assembleia.

Mais: não tinha pedido autorização aos órgãos de administração desta Assembleia pela utilização indevida deste património. Não quero levar mais longe de que forma é que foram utilizadas.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Para que seja reposta a verdade, para que amanhã se possa ler em Diário das Sessões a verdade sobre este acontecimento, porque felizmente...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: ... o Regimento desta Casa é bem claro, neste plenário, nesta Sala de Plenário, só têm direito de estar os Srs. Deputados, os Srs. Membros do Governo e outros devidamente identificados e com autorização, durante o funcionamento do plenário.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está esclarecida a situação.

O Orador: Finalmente, Sr. Presidente, eu queria repetir aquilo que foi insinuado pelo Sr. Deputado Duarte Freitas.

Eu sei o que é está escrito no meu bilhete de identidade. Só não sei se poderá dizer o mesmo.

Por isso é que repeti a seguir, para que esta Câmara ficasse informada: Fernando Rosa Rodrigues Lopes, natural de Marvila, freguesia de Santarém, residente em Ponta Delgada há 22 anos, com muita honra eleito nas listas do Partido Socialista, como representante do povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro pede a palavra para...?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Interpelar a Mesa.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não reconhecendo que se trate de uma ofensa, de uma defesa da honra, gostaria de interpelar a Mesa relativamente a duas questões fruto da intervenção do Sr. Deputado Fernando Lopes.

1ª - O Sr. Deputado tinha o direito de invocar a defesa da honra nos termos em que o fez?

Na minha opinião, não tinha.

2ª - Para que fique claro, qual tem sido o critério para circulação, no plenário da Assembleia Legislativa Regional, dos funcionários e dos colaboradores dos Grupos Parlamentares, sendo certo, Sr. Presidente da Assembleia, que o fotógrafo do Sr. Presidente do Governo já bastas vezes entrou neste plenário e tirou fotografias às bancadas e em particular ao Governo?

Presidente: Sr. Deputado Bolieiro, há matérias que penso que devem ser tratadas na conferência de líderes, designadamente esta.

Eu posso esclarecer a V. Exa. sobre todas essas matérias, quem tira fotografias nesta sala, quem pode circular nela, etc., mas acho que devo fazer isso em conferência de líderes e não em plenário.

Também devo dizer que não é verdade que o fotógrafo do Sr. Presidente do Governo circule aqui normalmente. Inclusivamente, posso prestar-lhe esclarecimentos em relação a isso, em conferência de líderes.

Finalmente, quero ainda dizer que a Mesa nunca pôs restrições, em geral, aos Srs. Deputados que quiseram defender a sua honra.

Quando dou a palavra ao Sr. Deputado Fernando Lopes, é porque a Mesa considera que ele é ofendido na sua honra.

É esse o critério. O critério é pessoal e é da Mesa.

Se V. Exa. amanhã se sentir ofendido na sua honra, poderá também naturalmente pedir a palavra para esse efeito.

Não há uma atitude restritiva em relação a essa matéria.

Creio que estão criadas as condições para voltarmos ao tema dos nossos trabalhos.

Está inscrito o Sr. Deputado Vasco Cordeiro

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou apenas fazer uma intervenção de encerramento da parte do Grupo Parlamentar do PS, sobre essa discussão.

Em primeiro lugar, lamentar profundamente a atitude deselegante do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD sobre esta matéria.

Há um espaço próprio para se tratar cada uma destas matérias.

Aquilo que o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD fez, eu não o faço. Eu não aproveito a comunicação social para insinuar determinado tipo de coisas que sei e tenho perfeita consciência que não podem, pela própria natureza das coisas, ser cabalmente explicadas aqui. A isto eu chamo uma deslealdade. Como eu acho que não devo ser desleal, a única coisa que faço é uma última intervenção sobre este assunto, da parte do Grupo Parlamentar do PS.

Em relação a esta matéria lamento profundamente as declarações dos Srs. Deputados da bancada do PSD. Faço sinceros votos para que não voltem a repetir-se e saúdo V. Exa., Sr. Presidente da Assembleia, pela forma como até agora tem conduzido os trabalhos e sobretudo pela forma como tem gerido a presença de pessoas na sala de plenário.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que era muito triste que um importante debate, como já foi aqui salientado por todos, que decorreu durante toda a tarde de ontem e hoje em boa hora o Sr. Presidente da Assembleia permitiu que ele fosse

retomado, terminasse neste tom melodramático, com essa perspectiva respeitosa do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar de que é a sua última intervenção, o que me deixa grande pesar, porque acho que ainda tinha mais coisas para nos dizer aqui.

Realmente, algumas intervenções anteriores à última é que eram dispensáveis, mas não vamos dramatizar.

Felizmente, hoje como sempre, esta Casa está à altura da representação do nosso povo e uma vez por outra algum de nós tem uma infelicidade. Uns são hiper sensíveis, mas estas coisas são assim.

Todos nós estamos preparados para com espírito democrático-cristão, aceitar essas coisas.

O que me parece que é importante, em razão da matéria, é que não nos parece muito correcto que nós façamos aqui mini réplicas do importantíssimo debate nacional que hoje está a ocorrer sobre o Programa do XV Governo Constitucional.

A parte que tive oportunidade de ver durante toda a manhã, em que todos os observadores e comentários davam como uma vitória inquestionável do Primeiro-Ministro de Portugal no debate, perante a frouxa actuação do líder do principal partido da oposição, foi a grande conclusão que se pôde tirar.

Não posso trazer ainda resultados de como é que estão a decorrer os trabalhos da parte da tarde, porque estamos aqui, mas todos estamos confiantes que aquilo que se passou de manhã na Assembleia da República, vai continuar durante o dia de hoje e de amanhã e o povo português verá o seu programa de Governo objecto de uma moção de apoio por parte dos legítimos representantes do nosso povo.

Nós, com toda a legitimidade, como tem sido feito, devemos estar atentos àquilo que nos diz respeito e temos todas as razões para reflectir sobre o que será o futuro do país em face do que se está discutindo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Julgo que não convirá, sob o nosso ponto de vista, fazermos aqui um mini debate, um debate dos “pequeninos”, relativamente ao programa do Governo da República que está a decorrer em sede de um órgão de soberania.

Há três ou quatro questões que foram aqui colocadas, que são importantes, e tanto o Governo como o Partido Socialista não responderam.

O ilustre colega Deputado Fernando Lopes quando diz que não lhe parece muito razoável levantar algumas suspeitas sobre a situação financeira da

Região, gostaria de dizer que o Orçamento tem a estrutura que todos nós conhecemos.

Ontem, quando fiz a minha intervenção referi, e o Sr. Deputado Duarte Freitas e outros deputados também referiram, que nós precisamos de saber qual a verdadeira situação financeira da nossa Região Autónoma.

Precisamos de saber por várias ordens de razão e uma delas é porque no futuro relacionamento com os órgãos de soberania e com a República, a Região também tem que passar a ter uma postura de maior transparência e – eu não gosto de termos que andam para aí a utilizar e que têm a ver com defuntos – uma postura de grande seriedade.

Nós fizemos perguntas muito concretas nesta Casa. Qual é a situação do défice, oculto, do Serviço Regional de Saúde? Nunca mais tivemos informação sobre isso.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Também não temos uma informação sobre a situação de insuficiência do Orçamento Regional em matéria de satisfação de compromissos para com os incentivos ao investimento, que ainda outro dia foram denunciados.

O que se passa com a alegada falta de 25 milhões de euros relativamente à EDA? Como é que se chegou a esse ponto quando de 3 em 3 meses o Sr. Presidente do Governo chegava à Região e dizia que já estava resolvido com Lisboa e que tinha assinado um protocolo?

Parece que Lisboa não cumpriu.

É fundamental sabermos todo este conjunto de coisas para que também não nos apareçam surpresas desagradáveis ao nível do equilíbrio das Finanças da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para reagir à intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, repudiando por inteiro as suas afirmações, designadamente a acusação de que a minha intervenção anterior tinha sido, em qualquer um dos seus passos, deselegante.

Reagi ao pedido de desculpas do Deputado Fernando Lopes, enunciei factos divulgados pela comunicação social no passado que, na minha opinião, eram mais merecedores de pedidos de desculpa ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor está a insistir na mesma tecla!

O Orador: ... e o Grupo Parlamentar do PSD não teve qualquer resposta. Não tratei nada mais do que esses factos.

Portanto, respondi à questão levantada pelo Deputado Fernando Lopes, reagindo exactamente com factos que me faziam fundamentar a razão pela qual não achava justificado o pedido de desculpas deste lado. Nada mais.

Para mim este assunto está encerrado, até porque já antes o tinha tentado encerrar. A insistência e a persistência, em tom desabrido, nalgumas circunstâncias, por parte da bancada do Partido Socialista, é que fez com que se retomasse este debate, no tom em que foi retomado.

Confesso (insisto!) que acho desapropriada a invocação de defesa da honra feita pelo Sr. Deputado Fernando Lopes, naquilo que foi um aparte do Deputado Duarte Freitas, discordando também da leitura e interpretação que fez o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional sobre essa matéria.

Quanto a isso exerci um direito regimental e respondi à questão levantada pelo Sr. Deputado Fernando Lopes. Nada mais quanto a isso.

Não teve o mínimo de deselegância. Foi apenas a invocação de factos, aliás, na altura divulgados pela comunicação social.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Não voltarei às palavras do Sr. Deputado Bolieiro, porque penso que as palavras do Presidente da bancada do Partido Socialista, para mim são finais.

Sobre as questões levantadas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, que considero sérias e que merecem debate, gostaria de dizer que fui buscar os números, precisamente ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores e ao Plano de Convergência apresentado pelo país junto da União Europeia, documentos oficiais, da mesma forma que V. Exa., eu e todos os Deputados desta Casa têm formas regimentais de esclarecer algumas das questões ou a totalidade das questões, seja através de requerimentos que o Governo tem a obrigação de responder, seja através da participação nas comissões permanentes, nomeadamente nas comissões especializadas permanentes sobre essas matérias, algumas delas objecto de análise ao nível da Comissão de Economia, ou outras que já estão a merecer tratamento no seio de comissões eventuais e refiro-me às questões da saúde, especialmente designadas.

Não é necessário, no normal funcionamento das instituições, estarmos aqui a levantar suspeições de uma forma que poderá levantar dúvidas sobre o normal funcionamento das instituições. Elas funcionam. Podem ter defeitos, porque estão guarnecidas de homens e mulheres imperfeitos e

que às vezes não fazem tudo o que deviam fazer, mas as instituições, a democracia e esta Assembleia funcionam, mal grado, as imperfeições naturais ou adquiridas que os homens lhes transmitem.

Também lhe queria dizer que do ponto de vista da correcção técnica de algumas das questões, penso que misturou assuntos.

Quando estamos a falar de défices das contas da Região, não é legítimo misturar a questão da EDA, porque não estamos a falar de uma holding estatal em que se consolidam contas.

Também não é legítimo, porque as contas da EDA estão publicadas, são públicas. Eu leio-as normalmente, por vício profissional, se calhar por defeito.

O que eu sei é que o endividamento da EDA não aumentou. Também sei que a empresa pública congénere na Madeira, que no início deste período tinha uma dívida inferior àquela que se verifica na EDA, neste momento já tem uma dívida superior. Estamos a falar do período de vigência da convergência tarifária.

Também sei, e o Sr. Deputado deve saber, que em termos de stock da dívida, os Açores tiveram uma redução substancial, por razões que não vale a pena estar agora aqui a repetir.

Simultaneamente, por decisão desta Assembleia, incorreram...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse, porque já ultrapassou largamente o seu tempo.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

... em reduções de receitas, nomeadamente ao nível dos impostos, em aumentos de despesas, também legitimamente decididos nesta Assembleia.

Portanto, tudo isso para lhe dizer que apesar disso, apesar de todas as calamidades que temos, nomeadamente a do sismo e outras que consomem grande parte do recurso da Região, mesmo assim, o esqueleto que existe e que está publicado, é de 0,6%. Poderá ser mais ou menos na execução final, mas isso é normal. Este é o único esqueleto e não está escondido em nenhum armário. Está publicado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que será a nossa última intervenção sobre essa matéria, mas tendo em conta as observações feitas pelo Sr. Deputado Fernando Lopes, gostaria de justificar dizendo o seguinte:

É óbvio que tanto eu como todos nós sabemos que há vários instrumentos para averiguar, apurar, determinados momentos, determinadas situações, mas também o Sr. Deputado compreenderá que (e muito bem) o Governo com a presença, sempre agradável e em número que também é significativo de membros nas sessões plenárias desta Assembleia, vem

com espírito, sempre que pode e tem informações disponíveis para isso, de o fazer directamente perante os senhores deputados. Aliás, é isso que se tem visto com agrado.

Muitas vezes quando não estão em condições de o fazer, também dizem que não estão e nós compreendemos que em muitas circunstâncias, naturalmente que não o possam fazer.

A matéria que está em cima da Mesa é importante. Portanto, é natural fazer-se esse tipo de desafio.

Se o Governo estiver em condições de dar informação é óbvio que a deve dar, é para isso que está aqui.

Felizmente, temos connosco a Sra. Secretária Regional da Saúde. Se ela tiver um domínio, um controlo da situação financeira da sua secretaria, naturalmente que teria muito gosto em se levantar e nos dizer quanto é que se deve no sector da saúde. A Secretaria Regional não deve estar disponível só para colóquios e para questões de sexualidade.

(Risos da Câmara)

Também deve estar disponível para as questões financeiras.

A outra questão que também queria colocar é a seguinte:

Foi o Partido Socialista – não fui eu, nem V. Exa., Sr. Deputado Fernando Lopes – que colocou a questão da EDA na ordem do dia.

O Partido Socialista – este Governo tinha 48 horas de existência – veio dizer por si ou pelos seus representantes pagos, que Durão Barroso e o Governo da República tinham que pagar os 25 milhões e já.

Os senhores certamente subscrevem isso ou quem vos mandou dizer essas coisas é responsável por isso. O mandante às vezes paga mais do que o pobre que executa.

O mandante, que são V. Exas., institucionalmente falando, e têm que prestar contas disso.

A nossa indignação é essa. Nós estávamos convencidos que a convergência do tarifário eléctrico era um problema resolvido, era uma das conquistas da Região e era uma das virtudes do governo Socialista do Eng^o. Guterres. Foi com isso que os senhores adquiriram alguns votos.

Aliás, se há açorianos que neste momento estão arrependidos, é uma parte daqueles que ainda votaram no PS, uma parte menor, mas essa parte está cada vez mais arrependida, ainda por cima ao saber em que estado os senhores deixaram o país e ao saber a dificuldade que têm em revelar o verdadeiro estado da Região.

Por conseguinte, temos toda a legitimidade, Sr. Deputado, de querer saber como é que se chegou a 25 milhões de euros de incumprimento por parte do Governo da República.

Sr. Deputado, todos nós sabemos que o passivo da EDA está nas suas contas, não está no orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

Mas o que se está a pedir é ao orçamento do Estado para assumir a concretização de um eventual compromisso para uma empresa pública regional, com 90% de capital regional.

Portanto, eu esperava e todos nós esperávamos, que o Partido Socialista nos explicasse aqui qual foi esse descalabro. Como é que os senhores foram enganados – os senhores que tinham um excelente relacionamento com o Governo República – pelo Eng^o. Guterres? Como é que os senhores foram tão ingénuos que tenham deixado o Eng^o. Guterres sair sem receber esse dinheirinho?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Gusmão (PP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, espero que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro não tenha nada contra a sexualidade dos seres humanos e de que se fale sobre ela, em colóquios e em todas as coisas relativas a essa problemática.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Com certeza!

O Orador: Então se estamos de acordo, gostaria de referir que no que diz respeito aos dados económico-financeiros sobre as despesas da saúde, não sei se tem conhecimento que as instituições de saúde, tendo autonomia administrativo-financeira, por lei, até meados de Abril, devem fechar as suas contas.

Por não termos as contas de todas as instituições concluídas, não tenho todos os dados para referir aquilo que deseja, mas estou certa de que durante o próximo mês de Maio terei todas as contas, terei todos os dados relativos às despesas da saúde perfeitamente consolidados e poderei dar conhecimento deles.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Pode dar os do ano anterior, porque nós ficamos satisfeitos na mesma!

A Oradora: Eu estou respondendo ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, se me der licença.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para esclarecer o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro sobre a situação real da convergência do tarifário eléctrico que nunca foi nenhum tabu, pelo menos da minha parte. Eu sempre disse que a solução encontrada não era a melhor, sempre disse de uma forma clara qual era a dívida que o Governo da República tinha com as Regiões Autónomas, tanto dos Açores como da Madeira, e sempre procurei encontrar uma solução mais estável.

Desafio todos os presentes a demonstrar que no anterior Governo da República, da responsabilidade do Partido Socialista, não tenha havido uma excelente compreensão pelas Regiões Autónomas.

Não precisa mencionar muitos dados. Basta referir a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, os 110 milhões de contos assumidos da dívida, os 12 milhões de contos da saúde e os 5 milhões de contos pagos à EDA para redução do tarifário eléctrico.

No ano de 2001, não estavam atingidas no protocolo diversas reuniões com a Secretaria de Estado, tanto do Governo Regional dos Açores, como o da Madeira, e havia dois temas em discussão: ou se pagava segundo o protocolo e o valor era de 2 milhões e meio de contos, com a diferença do protocolo que foi feito em 1998 em que um barril de petróleo tinha um valor muito baixo, ou se pagava de acordo com o actual custo do barril de petróleo ou de outros combustíveis e seria à volta de 4,4 milhões de contos.

A conclusão a que se chegou, através do Governo Regional dos Açores e do Governo Regional da Madeira, foi que seria justo ser pago tendo em atenção o custo real dos combustíveis actualmente.

Para além disso devo-lhe dizer que foi da responsabilidade do Governo da República, do Partido Socialista, que se encontrou uma forma estável para que a convergência do tarifário eléctrico se realizasse finalmente em 2003, através da derrama dos custos acrescidos que existem nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, da produção e distribuição de energia eléctrica, pelo todo nacional.

No dia 29 ou no dia 30 vamos ter uma reunião com a entidade reguladora do sistema de eléctrico para finalmente adquirir uma solução estável e duradoura para que a convergência do tarifário eléctrico nos Açores e na Madeira, não dependa do Orçamento Geral do Estado, mas seja feita da mesma forma como é feita, por exemplo, em Trás-os-Montes e Alentejo que também têm custos acrescidos na sua produção e distribuição de electricidade.

Não é verdade que não tenha havido uma compreensão excepcional do Governo da República, da responsabilidade do Partido Socialista, pelos custos de insularidade, pela capacidade de compreender que os Açores e

Madeira nunca poderiam ter a energia eléctrica ao mesmo preço do Continente se não fossem auxiliados neste processo.

Penso que o facto de nos terem pago já 5 milhões de contos, e não zero escudos como alguns órgãos de comunicação social disseram, como também terem encontrado uma forma estável e duradoura da convergência do tarifário eléctrico com o todo nacional, parece-me uma prova bastante grande de que estamos a trabalhar com pessoas que têm dificuldades, como todos nós também temos, mas que compreenderam desde o início as especificidades próprias da Região Autónoma dos Açores e da Madeira e que perceberam que sem a solidariedade nacional não haveria hipóteses da Região Autónoma dos Açores ter um desenvolvimento económico compatível com a qualidade de vida que nós todos pretendemos para os Açores e para a Madeira.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para terminar, queria me congratular pela forma objectiva, politicamente séria, como o Sr. Secretário Regional da Economia põe aqui a questão. Era apenas isso que nós pretendíamos sobre essa matéria. Muito obrigado, Sr. Secretário. Ainda bem que o senhor estava presente para nos dar essa informação.

Ficámos a saber que o Governo no dia 29, uma segunda-feira, vai dar continuidade a esse processo, como muito bem disse, e acredita que com o esforço de todos será resolvido. Nós também acreditamos e esperamos que mesmo naquela parte que não ficou clara, segundo o que a EDA diz – os 25 milhões que a EDA se considera credora – se encontre a melhor forma, uma vez que não foi possível no passado essa matéria ser regulamentada, porque se há um princípio como esse da convergência tarifária – por acaso o nome é bonito – a Região pede, tem direito e deve pugnar por se atingir uma fórmula estável como V. Exa. disse. Infelizmente no passado não foi possível garantir essa fórmula.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Está garantida na lei!

O Orador: Então se está garantida, Sr. Presidente, por que razão é que vem para a opinião pública exigir o imediato pagamento dos 25 milhões de euros?

Sr. Presidente, é essa falta de rigor, é essa falta de seriedade, é o Partido do Governo falar a 3 vozes, é a voz do Governo, é a voz do PS e é a voz do Presidente da EDA.

É essa “gata de 3 pêlos”...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do PCP)

O Orador: ... que não permite, nem aos açorianos em geral, nem a nós, sabermos o que é que se passa. É essa calamidade e essa desorientação política – o facto de alguns elementos com determinadas características, dentro do aparelho do PS e todos nós compreendemos e conhecemos, que pensavam que tinham atingido o poder e de repente vêm-se sozinhos – que ajuda a perturbar a prestação do Partido Socialista.

Nós verificamos que há elementos, quer no Governo, quer no Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que têm analisado essa matéria de forma serena, com bom senso e numa perspectiva legítima de defesa dos interesses da Região, que é também a nossa. Que isto fique claro e inequívoco.

Esta prova que acabou de ser dada pelo Sr. Secretário Regional da Economia, acho que é um excelente exemplo de como assuntos desta importância devem ser tratados nesta Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foram tratadas aqui duas questões diferentes. A primeira, e no seguimento da minha intervenção, a questão das contas da EDA. A segunda, a questão da convergência do tarifário.

Face aos documentos e ao que aqui foi dito, é fácil de constar que as contas da EDA, no que respeita ao stock da dívida, não registam agravamento. No que respeita aos resultados operacionais, não registam agravamento, antes pelo contrário, regista-se uma melhoria. Assunto encerrado.

Quanto à convergência tarifária, gostaria de constatar aqui que ao longo da vida dos Governos Regionais do Partido Socialista e do Governo Nacional, presididos pelo Eng. António Guterres, construíram-se instrumentos, provavelmente não perfeitos desde o início, mas que têm vindo a ser aperfeiçoados, instrumentos esses de natureza protocolar, no primeiro instante, que cobriram um determinado período e de natureza legal, como disse o Sr. Secretário, num segundo momento.

Fundamentalmente, garantiram a possibilidade à empresa, mas sobretudo aos consumidores açorianos e às empresas açorianas, de uma diminuição dos seus custos energéticos.

Ficou claro aqui que neste momento existe um quadro legislativo já definido e aprovado, ainda na vigência do Governo presidido pelo Partido Socialista.

Só podemos esperar que a lei seja cumprida, porque vivemos num estado de direito.

Por último, suscitou aqui uma última questão que penso que foi esclarecida pelo Sr. Secretário...

Presidente: Sr. Deputado, agradece que concluisse o seu raciocínio.

O Orador: ... mas ele depois terá oportunidade de confirmar, ou seja, a questão do período em que cessou o protocolo até ao início da legislação. É essa a única questão que importa esclarecer.

Também é bom dizer – é por isso que não há “esqueletos” e as coisas estão publicadas nos documentos – que o Governo Regional, a Administração da EDA e o Partido Socialista, como partido responsável, publicamente dizem o que é que falta, o que é que estava em discussão.

Aliás, há aqui um pormenor técnico que é importante, ou seja, segundo os termos do protocolo deveria-se pagar “x” e poderíamos ficar todos satisfeitos com esse “x”. Mas entretanto, as circunstâncias internacionais mudaram, o preço do petróleo subiu. Era de justiça argumentar e negociar tecnicamente. Foi isso que foi feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia. Dispõe de 3 minutos.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para continuar este debate e prestar alguns esclarecimentos, dado que estou numa situação privilegiada e posso dar algum contributo.

O facto de em 2001 ter sido levado mais tempo a determinar qual o quantitativo que o Governo da República responsabilizaria para pagar a EDA, a empresa de electricidade dos Açores e a empresa de electricidade da Madeira, foi muito simples:

Em 98 até 2000, havia um protocolo assinado em que se dizia exactamente qual o valor que seria atribuído a cada uma das Regiões Autónomas, mas foi feito numa altura em que os combustíveis estavam a cerca de 9 ou 10 dólares ao barril.

Em 2001 a situação mudou completamente e nós justamente reivindicámos uma actualização dos combustíveis, que também foi acompanhada pelo Governo Regional da Madeira.

Haviam vários cenários. Um dos cenários finais a que se chegou a acordo e que está perfeitamente assinado pelo Governo, pelo Secretário de Estado da tutela da energia, é que para a Região Autónoma dos Açores viriam 4 ou 5 milhões de contos e para a Região Autónoma da Madeira viriam 3,7 ou 3,5 milhões de contos, que podiam ser entre 2,5 e 4,4. Foi esta a discussão que nós tivemos durante o ano de 2002 e chegou-se à conclusão que seria este valor.

Em 2001 e 2002 estamos fora do protocolo, embora o protocolo previsse a sua renovação para os anos posteriores.

O que nós estamos a fazer com a ERSE – Entidade Reguladora do Sistema Eléctrico – é a partir de 2003. A ERSE só determina os preços com um ano de antecedência, ou seja, ela não tem influência em 2002, mas terá influência em 2003. Nós vamos iniciar negociações com a ERSA para que em de 2003 seja ela a determinar a convergência e a derrama dos preços da electricidade dos custos acrescidos da Região Autónoma dos Açores e da Madeira pelo todo nacional.

Mas em 2001 e em 2002 há uma assinatura clara do Secretário de Estado em que se compromete não só a avalizar esta dívida como a pagar os seus juros. É tão simples como isso. É esse facto concreto que todos nós achamos, com a prudência que todos conhecemos e que temos tido ao longo tempo, que a EDA e a Empresa de Electricidade da Madeira sejam ressarcidas desta verba em 2001 e de uma verba muito semelhante em 2002, para a manutenção dos preços tal qual como estão.

A partir de 2003 será a entidade reguladora que através da derrama pelo todo nacional pagará efectivamente os custos acrescidos da produção e distribuição da energia eléctrica nos Açores e na Madeira.

Foi difícil encontrar a solução mais adequada. Passámos por diversos cenários possíveis e penso que este cenário é o mais correcto e é o que dá igualdade de tratamento a todas as regiões do país.

Os Açores e a Madeira serão tratados, a partir de 2003, como são actualmente o Algarve, o Alentejo ou Trás-os-Montes.

Fazemos parte de um todo nacional. Achamos que temos direito a isso. O preço da energia eléctrica é um bem essencial para o desenvolvimento económico e social desta Região e do país.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais inscrições para este debate, vamos interromper os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 17 horas e 10 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos com as intervenções de interesse político relevante para a Região.

(Eram 18 horas)

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje vou voltar a abordar um sector de actividade, que no meu ponto de vista, é e sempre será, para o bem da nossa economia, muito importante.

Eu como agricultor que sempre fui toda a vida, e que quero continuar a ser, se Deus me der vida e saúde, acho que nos últimos anos se tem vindo a criar, uma série de infraestruturas, na minha ilha, deveras importantes para o bem-estar de todos nós.

Quero iniciar a enumeração pelo abastecimento de água. Como é do conhecimento geral, sem água de qualidade, mais perto da pastagem, é impensável produzir bom leite.

O único posto de abastecimento que sempre me lembro de existir na ilha era no Norte Grande. Os agricultores da minha freguesia deslocavam-se lá, ficando toda a noite a aguardar a sua vez, e depois ainda levavam mais duas horas no tractor para chegar com a água à pastagem.

No tempo em que o PSD foi Governo, como estava à vista de todos, construiu uma barragem em S. Tomé (Topo), um tanque na Ribeira Seca, um tanque na Chã das Lagoinhas (Urzelina), que está, como sempre esteve, “CHEIO DE AR”.

Dentro das competências do Governo Regional, acho que ficamos por aqui, excepto mais dois tanques nos Terreiros que, de tão pequenos que são, mais parecem bebedouros iguais, ou mais pequenos, do que aqueles que costumo construir nas minhas pastagens, estes últimos, normalmente até são cheios somente com as águas pluviais no Inverno.

Meus Amigos, vamos ser honestos, para 20 anos de Governo isto sabe a pouco.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu como dirigente associativo que era na altura, fartei-me de pedir, de berrar, de barafustar, mas nada consegui, pois o Secretário de então era muito teimoso. Felizmente que a Câmara Municipal das Velas, compreendeu esta nossa necessidade, e alguns anos depois veio a abrir um furo artesiano, nas Velas e outro na Fajã de Santo Amaro, criando no concelho mais três postos de abastecimento, um nas Velas, um em São Pedro e outro na Fajã de Santo Amaro.

Eu fico revoltado, esse é mesmo o termo correcto, quando vejo, alguns Senhores Deputados da oposição, que falam do abastecimento de água com uma paixão, quase doentia, como se o Governo do PS fosse o único culpado.

Meus amigos, o PS só é Governo na Região há seis anos, e convenhamos que, em seis anos, quadriplicou as reservas existentes, pondo a funcionar, seis postos neste momento, e mais um que deverá iniciar as obras a breve prazo.

Passo a citar os postos criados: um nos Rosais, um nas Manadas, um em Santo António, outro na Ribeira Seca, uma barragem nos Lourais e outro em Santo Antão, e as obras de montagem do outro vão-se iniciar brevemente, em Santo Amaro, uma vez que já está feita a terraplanagem, e o tanque já se encontra na Ilha.

Este Governo, em minha opinião, está a cumprir com as suas obrigações em relação à lavoura da minha ilha. Se me perguntassem: Estás satisfeito? Eu responderia: Sim! Estou! Embora pense que é necessário continuar o bom trabalho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Governo deu aval, foi responsável pela vinda de um milhão de contos para São Jorge, dinheiro esse tão necessário para o equilíbrio da nossa indústria de lacticínios.

Eu sei, de fonte segura, que os governos do PSD, a não ser para obras, nunca injectaram, um escudo que fosse, na indústria de Lacticínios da minha ilha. Meus amigos, falar é fácil, agora eu sei que o PSD, enquanto Governo, fez muito menos pela agricultura da minha ilha do que aquilo, que devia. Pelos anos que lá esteve, tinha obrigação de ter feito muito mais.

Não convém agora que se ponham em bicos de pés, se armem em “Dom Quixote”, pois moinhos de vento e tempestades foi no vosso tempo.

Para os agricultores de São Jorge terem as instalações do ex-IACAPS, foi necessário o PS ser Governo. Convosco sempre nos foi cortada essa possibilidade, apesar de já há longos anos, termos essa pretensão e a termos manifestado, por infinitas vezes.

Com o PS, ao fim de seis meses, tudo estava resolvido, eu sei que os agricultores são pessoas honestas e trabalhadoras. Também sei que o queijo é uma mais valia da minha ilha. Sei ainda que os agricultores merecem ganhar mais dinheiro, mas também sei, que se as cooperativas forem bem geridas, vão com certeza, continuar a ter um papel importante no futuro da economia da ilha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

São Jorge, é uma terra com futuro. A lavoura da minha ilha, com este Governo, só tem a ganhar. Iniciou-se a classificação do leite, com quase vinte anos de atraso em relação à Terceira e a São Miguel, porque os Governos do PSD nunca tiveram coragem política para o fazerem. Classificava-se o queijo sem se classificar o leite, ou seja, iniciou-se o processo ao contrário, como era apanágio de muitas das atitudes do governo do PSD.

Importa realçar, no âmbito das quotas leiteiras, o papel imprescindível que este Governo teve aquando da negociação junto da Comunidade, impedindo o pagamento de penalizações pelos Agricultores, situação essa de grande aflição, provocada pela estratégia política de alguns partidos da oposição.

Pintava-se um quadro negro. Todos os dias os meios de comunicação social transmitiam as declarações de alguns dirigentes da oposição, pondo na quase falência, parte significativa da lavoura da Região. Felizmente para os agricultores, que estes senhores não faziam parte do Governo.

A carne, como se sabe, em São Jorge, sempre foi um complemento do leite, mesmo assim, este governo não se esqueceu de remodelar o matadouro existente, preparando-nos para o futuro, como fez, ou vai fazer, em quase todas as ilhas deste arquipélago.

Com este Governo todas as ilhas são tratadas mais equilibradamente do que no tempo do PSD. Um contentor de adubo no vosso tempo custava mais caro, cerca de 75%, em São Jorge, do que em São Miguel, falo como não podia deixar de ser do transporte e da estiva.

O gásóleo agrícola, que nos tempos do PSD, se ouvia falar, que existia no Continente, mas os nossos governantes de então, entendiam que os Açores, era uma terra em que os agricultores eram multimilionários.

O Governo do PS tem outra política, para já não falar, no subsídio à produção de São Miguel e Terceira, de um escudo em litro de leite, de que as outras ilhas só ouviam falar, apesar de por infinitas vezes, os dirigentes associativos terem chamado, o Governo à razão. Foi com o Governo do PS, que se estendeu esse subsídio a todas as ilhas do arquipélago.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Finalmente, a nível de caminhos de penetração ainda há muito a fazer, embora se tenha vindo a melhorar os existentes. São muitos os quilómetros que este Governo asfaltou nos últimos seis anos, quatro vezes mais, do que os Governos do PSD em vinte anos.

Continua-se a fazer estudos no sentido de se virem a construir mais caminhos de penetração. Os agricultores assim o exigem, e, no meu ponto de vista, têm razão, que se façam mais alguns quilómetros.

Perguntam-me alguns agricultores: Vai este governo continuar?

Eu respondo: Claro que sim! Este é o seu objectivo! Servir e não servir-se!

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi com atenção que ouvi a intervenção do Sr. Deputado do PS sobre a agricultura, que é a grande fatia que suporta a economia da ilha de São Jorge.

O Sr. Deputado falou no abastecimento de água, na “paixão” que alguns deputados da oposição referiram no passado recente sobre esse assunto. Eu fui um deles e orgulho-me disso.

Nessa altura ficou bem patente nesta Casa que era um assunto que tinha toda a pertinência e que não estava resolvido. É um assunto que está quase resolvido.

Falou num posto de abastecimento na freguesia dos Rosais, em Santo Amaro, que não existe ainda. Acreditamos na boa fé de que no próximo Verão estará a funcionar.

O Sr. Deputado fez um papel que se calhar não é bem o seu estilo, mas o partido assim o obriga, ou seja, de falar no passado, nos 20 anos. Faz parte da escola falar nos 20 anos.

Eu gostaria de relembrar à Câmara, por uma questão de coerência, de discurso que também fica bem nestas coisas, embora o Jorge Coelho tenha dito que o que passou ontem já lá vai, que 1996, com muita honra minha, porque era cabeça de lista, fez parte das listas do Partido Social Democrata. Nesses 20 anos o senhor deu o seu contributo ao PSD.

Nós nunca viemos para aqui dizer que o Partido Social Democrata fez tudo.

O Sr. Deputado ainda elencou 6 reservatórios que penso que foi importante, mas se o PSD tivesse feito tudo, até nós não estanhávamos, porque no caso concreto de S. Jorge o Partido Socialista pouco tem feito.

O Sr. Deputado falou na classificação do leite. Já tive oportunidade de, naquela tribuna, me congratular com esta medida que foi implementada por este Governo.

Perguntava ao Sr. Deputado Manuel Silveira, que se intitula bom agricultor e eu também sei que o é, se concorda ou não com a instalação

de um laboratório para classificação do leite e análises na Ilha de São Jorge?

Gostaria de ouvir da sua parte qual a sua posição sobre esta matéria.

O senhor também falou de um aval financeiro que serviu de mote nas campanhas eleitorais para que os agricultores menos esclarecidos ficassem com a ideia de que o Governo estava a dar pelos bolsos um milhão de contos. Nada mais falso.

O que o Governo fez e eu já disse isto várias vezes e irei dizer até que “a voz me doa”, não foi dar um milhão de contos aos agricultores de São Jorge. Que isto fique bem claro: tem pago os juros.

As cooperativas de São Jorge – e também gostaria de ouvir a sua opinião sobre isso – continuam ou não com os problemas de saneamentos financeiro por causa dos investimentos que fizeram e não como insinuou o Sr. Deputado – e eu nessa matéria não me quero meter – de má gestão?

O Sr. Deputado quase que insinuou que se algumas cooperativas estavam mal financeiramente é porque geriam mal. Não sei se é ou não. Eu não sou associado de nenhuma.

Penso que nessa questão do saneamento financeiro há aqui uma coisa que não existe, ou seja, o Governo não deu um milhão de contos. Eu também acho que o Governo não deve dar um milhão de contos ao desbarato, mas também não deve eludir os agricultores, porque eles pensam que cada uma das cooperativas recebeu um milhão de contos e os dirigentes ou gastaram o dinheiro ou então pagaram o leite mais atempadamente .

O Sr. Deputado também sabe, tão bem quanto eu, que nem todas as cooperativas estão a pagar o leite na mesma altura, com o mesmo timing, até por uma questão de dificuldade de tesouraria, se calhar uns têm contas correntes caucionadas, o que é sempre muito complicado.

Eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre se acha que as cooperativas financeiramente estão todas saudáveis.

Já agora uma pergunta ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, que em tempos recentes, que já lá vão, declarou nesta Casa que em Junho de há 2 anos iria ser feito um estudo, um levantamento da situação de cada uma das cooperativas, algumas poderiam fechar ou não e depois logo se veria o que é que se iria fazer com cada uma delas.

Gostaria de saber se o estudo foi feito, qual o ponto da situação visto que, como foi aqui referido e nesta matéria estamos de acordo, o sector cooperativo leiteiro de São Jorge é um assunto muito delicado e importante para os jorgenses.

Muito obrigado.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Realmente tenho muito gosto em responder ao Sr. Deputado Mark Marques nesta Câmara.

O Sr. Deputado já há algum tempo afirmou aqui que nos Rosais não existe nenhum tanque de abastecimento de água.

Eu penso que o senhor tem que dar mais atenção ao mapa da ilha e assim poderá ver o tanque que existe.

Deputado Mark Marques (PSD): Na Cancela Grande!

O Orador: Que eu saiba, a Cancela Grande fica nos Rosais.

Deputado Mark Marques (PSD): E está lá o tanque?

O Orador: Sr. Deputado, está a 50 metros, está nos Rosais.

Em relação a Santo Amaro eu não disse que o tanque estava concluído. Eu disse que as obras iriam iniciar-se rapidamente e que o tanque iria ser montado, uma vez que já está naquela ilha.

Quanto ao facto de eu ser ou não a favor do laboratório de análises em São Jorge, eu enquanto não tiver mais elementos, não me vou pronunciar acerca disso, porque neste momento acho que os agricultores de São Jorge não estão mal servidos, de forma nenhuma, por aquilo que vejo e por aquilo que ouço, em relação à classificação do leite.

Realmente as cooperativas de São Jorge são problemáticas. Eu não disse que elas tinham uma má gestão. O que eu disse foi que com uma boa gestão, se calhar, pode-se ganhar mais dinheiro. Como o Sr. Deputado sabe, eu posso falar acerca disso.

Depois houve muitas outras coisas em relação às quais eu gostaria de ter ouvido o seu comentário, como a classificação do leite ter-se iniciado 20 anos depois, não sei porquê ou, aliás, sei, foi porque não houve vontade política.

Havia mais uma séria de coisas em relação às quais eu gostaria de ouvir o seu comentário. Neste momento eu não tenho mais nada a dizer.

Quanto ao facto de eu ter feito parte da lista, realmente eu fui enganado como muita gente o foi...

(Risos da Câmara)

O Orador: ... mas todas as pessoas têm o direito de se redimir.

Penso que dos arrependidos é que se faz o reino dos céus.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Caros Colegas:

Porque de forma enviesada sou chamado a prestar esclarecimentos, embora regimentalmente de forma pouco apropriada, é com muito gosto que o faço.

Primeira questão: definição do que é o laboratório de análises que o Sr. Deputado Mark Marques fala vastíssimas vezes na comunicação social sobre essa matéria.

O laboratório de análises da Terceira é responsável pelas análises das Ilhas Terceira, Graciosa, São Jorge, Faial e Pico, ou seja, de todo o Grupo Central.

Não está previsto, nem a curto, nem a médio prazo, a instalação de um laboratório de análises na Ilha de São Jorge.

Estarão os agricultores prejudicados com essa medida? Não.

O laboratório de análises não traz nenhuma mais valia ao rendimento dos agricultores. Não é por isso um investimento necessário e urgente na Ilha de São Jorge.

Como sabe, nós vivemos numa Região que tem os recursos que tem.

A nível nacional só existe um laboratório de análises do tipo que nós estamos a falar. Nos Açores temos dois. Um na Ilha de São Miguel e outro na Ilha Terceira.

Para que fique claro, essa classificação é um processo em que o leite é recolhido em frascos e levado a esses laboratórios para determinar a classificação do leite. No final do mês os senhores lavradores irão receber pela classe e categoria respectivas da análise.

Não se trata de nenhuma melhoria efectiva para os senhores lavradores. Se fosse, consideraríamos essa hipótese. Como não é nenhuma melhoria não estamos a considerar a hipótese desse laboratório.

É esse equívoco que costuma misturar com as suas intervenções, ou seja, de que a construção de um laboratório de análises em São Jorge redundaria numa melhoria para os lavradores daquela ilha. Não é verdade. É falso e não é disso que nós hoje estamos a tratar.

Relativamente ao estudo das cooperativas, é verdade, está adjudicado. A Norma está a efectuar esse estudo e há um prazo para entrega do relatório que neste momento não sei de cor.

Tal como disse, para que se mantenham todas as cooperativas em São Jorge, é necessário que todas elas tenham a mínima viabilidade

económica para permanecerem. Esse até será o critério que nós adoptaremos para manter as cooperativas de São Jorge.

O desejo e a vontade política era que todas se mantivessem, porque reconhecemos a importância social que cada uma das cooperativas desempenha naquela ilha, mas também sabemos que há medidas que têm que ser tomadas, pese embora possam ser politicamente incorrectas.

Neste particular aguardo o estudo para saber qual é a decisão mais adequada na Ilha de São Jorge.

Ela será sempre tomada em diálogo com todas as cooperativas. Nunca será tomada nas costas das cooperativas.

Deslocar-me-ei a São Jorge para participar directamente nesse debate com as cooperativas e arranjar o consenso necessário para que na Ilha de São Jorge isso não seja um processo conturbado, mas sim consensual entre todos os agentes económicos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário. Cumpriu rigorosamente o tempo que lhe estava destinado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Simplemente para pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Mark Marques que se preocupa muito com o abastecimento de água à lavoura.

Como sabe, há cerca de 10 anos, através de um protocolo que o então Governo constituiu com a Câmara Municipal das Velas, foi construído na zona das Lagoinhas um reservatório.

Esse reservatório, julgo que terá a capacidade de 80 mil litros e esse investimento custou mais do que os 6 reservatórios que estão agora a ser colocados e que levam, no seu conjunto, 3 milhões de litros.

Julgo que nesse protocolo que foi constituído entre a Câmara Municipal das Velas e o IROA, ficou à responsabilidade da Câmara Municipal – se não for assim, gostaria que me corrigisse – o abastecimento de água a esse reservatório.

Acontece que, passados 10 anos, esse reservatório nunca foi abastecido, penalizando sobremaneira a lavoura de São Jorge.

Sinceramente, como não posso perceber essa situação, gostaria que o Sr. Deputado Mark Marques me desse um esclarecimento acerca daquilo que sabe, no que se refere a esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ultimamente tem havido uma tentação de transformar esta Casa numa Assembleia Municipal deste ou daquele concelho e eu não alinho nisso, desde logo, porque não sou autarca.

Deputado António Gomes (PS): Ora essa! Não são interesses regionais?!

O Orador: Sr. Deputado, eu não o interrompi e ouvi a sua intervenção educadamente. Agradeço que o senhor puxe da pouca boa educação que de vez em quando tem.

O Sr. Deputado de vez enquanto gosta de transformar o debate que ocorre nesta Casa em Assembleia Municipal.

Deputado António Gomes (PS): Quem pagou foi a Região!

O Orador: Sr. Presidente, agradecia que descontasse o tempo.

Eu não sou autarca do Concelho das Velas e por conseguinte isso é um assunto da Assembleia Municipal e da autarquia, por isso não tenho que saber nem tenho que lhe dar resposta a esse assunto.

Gostaria de agradecer ao Sr. Secretário Regional da Agricultura a clareza com que respondeu a esta questão. Eu e sobretudo os jorgenses, ficámos esclarecidos que não é intenção do Governo instalar o laboratório. Como é óbvio não fico satisfeito, mas compreendo a resposta.

Penso que quem vai ter alguma dificuldade em digerir este assunto e explicá-lo será provavelmente o Deputado Manuel Silveira que, como agricultor, lá diz que sim e, como deputado, diz que não. Mas esse é um assunto que me vai deixar dormir muito bem.

Muito obrigado.

Deputado João Cunha (PSD): Não foi mais uma vez enganado, pois não?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Caros Colegas:

Eu julgo que deve haver qualquer equívoco sobre o que é um laboratório e quais são as funções do mesmo, porque tal como eu disse, se trouxesse rendimento aos lavradores, eu não tinha dúvidas na sua instalação, mas convém que saibamos todos do que é que estamos a falar.

Estamos a falar de uma instalação que em equipamento custa cerca de 300 mil contos, que recolhe de cada lavrador, no mínimo, 4 amostras, e, no máximo, 6. Não indica quais são os dias que vai proceder à recolha, porque faz parte da própria inspecção e o resultado dessas 4 análises dá o resultado final com o qual os lavradores recebem o dinheiro.

Se o Sr. Deputado Mark Marques me explicar qual é a vantagem efectiva desse laboratório estar em todas as ilhas, o Governo Regional, porque

gosta de fundamentar todos os seus actos, ficará na posição de saber qual é a saída.

Se o serviço está feito e bem feito – tive oportunidade de visitar as instalações na Ilha Terceira, depois dos seus arrazoados na imprensa e na comunicação social e vi o funcionamento do laboratório e verifiquei que está a funcionar a 100%, que teve a inspecção de um laboratório nacional, que foi comumente aceite que se estava a trabalhar correctamente e que as suas análises eram fiáveis – não vejo necessidade, absolutamente nenhuma de se construir um laboratório na Ilha de São Jorge, na Ilha do Faial, na Ilha do Pico ou na Ilha das Flores.

As unidades cooperativas podem também fazer as suas análises como acontece em qualquer outro sítio, mas isso é outra questão e nós não temos nada a ver com isso, até porque a vontade política deste Governo é que esse tipo de classificação passe para um inter-profissional, ou seja, seja um organismo entre produtores e transformadores a tratar desse assunto da classificação e que o Governo Regional fique como entidade fiscalizadora, inspectiva ou certificadora dos laboratórios, que não tenha actuação directa numa matéria que nem sequer devia ser sua competência. Se a tentativa é de afastar o Governo Regional nessa área, não é de colocar em todas as ilhas um laboratório da competência do Governo Regional, porque o objectivo é retirar essa área de actuação do Governo Regional e passá-la para quem tem no terreno essa competência, a produção e a transformação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

O senhor acabou de fazer uma insinuação de que os agricultores de São Jorge sabem que não é verdade.

O Manuel Silveira nunca disse em São Jorge, a não ser que algum militante do PSD lhe tenha dito disso, porque esse é o vosso apanágio, que era a favor ou contra o laboratório de análises. Se eu disse isso a alguém, o Sr. Deputado faça o favor de me apresentar a essa pessoa para que eu possa defender-me. Eu nunca disse isso em lado algum.

Eu sempre disse que os lavradores de São Jorge, no qual eu me incluo, estão bem servidos com a classificação de leite e eles sabem que é verdade.

Nunca disse a ninguém que eu era a favor da construção de um laboratório de análises naquela ilha. Era só isso que eu queria dizer.

Eu senti-me atingido pela sua afirmação, porque os agricultores de São Jorge sabem que eu nunca defendi um laboratório de análises em São Jorge, nem mesmo quando fui dirigente associativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de pedir um esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas sobre esta matéria.

Não me quero pronunciar sobre a questão da existência ou não de um laboratório de classificação em São Jorge.

Confesso que é uma matéria que não tenho bem avaliada, na medida em que sabemos que as análises para serem correctas, as amostras têm que chegar ao laboratório sobre frio. As amostras não devem ultrapassar a temperatura de 4 graus centígrados.

De Inverno há dificuldades de transporte aéreo, por isso em relação a esta matéria surgem-me algumas dúvidas, mas sobre ela não me quero pronunciar neste momento.

O Sr. Secretário referiu a existência de um único laboratório no Continente que faz a classificação do leite. Também referiu que esse laboratório teria vindo visitar os laboratórios da Região. Deduzi que tivesse avalizado os procedimentos técnicos que estão sendo executados nos nossos laboratórios.

Solicitava ao Sr. Secretário o favor de me esclarecer a que laboratório é que se refere.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Caros Colegas:

Um pequeno reparo, se me permite, Sr. Deputado Sequeira de Medeiros. Se não sabe, devia saber, porque como Presidente do IAMA foi responsável pelo SERCLA durante muitos anos. Portanto, sabe perfeitamente como é que essas recolhas foram feitas.

Nós não mudámos de actuação. Aquilo que era bem feito no tempo do PSD, nós mantivemos.

Se o senhor não teve nenhuma dúvida enquanto Presidente do IAMA de como eram feitas as recolhas, nós, hoje em dia, também não temos. Penso que sobre isso estamos tranquilos, porque o senhor como Presidente do IAMA teve essa responsabilidade, até mesmo, se calhar, montou um

sistema de recolha, porque sabe que é transportado em frio, em caixas isotérmicas. Sabe mais do que eu, porque tem essa área de competência. Passando à frente, porque é bom que fique registado, o que lhe devo dizer é que o sistema de classificação no Continente não é igual ao nosso. Portanto, não há laboratórios como nós temos.

No âmbito da troca de conhecimentos e de facilitar esses conhecimentos entre laboratórios públicos, deslocou-se um técnico à Terceira, cujo nome não me recordo, Sr. Deputado.

Na sequência das preocupações do Sr. Deputado Mark Marques – que eu também fui alertado para essa situação, pensei que poderia estar alguma coisa a acontecer de anormal – tive oportunidade de falar com alguém que, a título de mera troca de conhecimentos, veio cá e produziu um documento sobre a forma como o SERCLA, na Terceira, estava a desenvolver a sua actividade. Teve oportunidade de produzir elogios consideráveis sobre a forma de actuação.

Não se tratou de nenhuma missão oficial, nem de fiscalização, nem de inspecção, que, como sabe, não admitiríamos, porque somos entidade competente e não existem esse tipo de inspecções de nível nacional. Portanto, temos competência nessa matéria.

O que houve foi uma troca de conhecimentos entre técnicos da área, o que satisfaz profundamente e nessa área serão anunciadas, a seu tempo, medidas inovadoras na classificação do leite, precisamente do SERCLA da Terceira, por via dessa troca de conhecimentos e de experiências que foi trocada entre dois laboratórios, um nacional e o outro regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradeço-lhe os esclarecimentos, mas gostaria de fazer um pequeno reparo.

Quando tive responsabilidades no IAMA a maior dificuldade que nós encontrámos para se poder estender a classificação do leite às ilhas com maiores dificuldades de comunicação, foi exactamente: 1º - a falta de aeroportos;

2º- a frequência de voos;

3º- durante o período de Inverno, houve dias consecutivos em que não houve avião. As amostras estavam colhidas, foram mantidas em frio, mas essa manutenção tem um tempo limitado.

Eu tive o cuidado de dizer que não sabia como é que se isso se estava a processar, visto que o início da classificação do leite, no caso concreto da Ilha de São Jorge é posterior à minha saída do IAMA.

Por essa razão, disse que não me queria pronunciar sobre isso, mas que teria alguma dúvida relativamente a esses períodos de Inverno em que as comunicações são difíceis e a classificação para ser representativa, chamemos assim, deverá ser feita com base em 4 amostras, duas de manhã e duas de tarde.

Se falham algumas, é preciso entrar com médias. Quando se entra com médias já estamos a ir para valores que já não são muito reais.

Eram essas questões que gostaria de ver esclarecidas, fruto da experiência deste período que há classificação em São Jorge, ou seja, se realmente há dificuldade ou não. Se o Sr. Secretário puder esclarecer, agradeço-lhe.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Caros Colegas:

Relativamente a essa ilha concreta, como disse, do resto da sua pergunta resulta a resposta.

Como nós apenas temos que recolher 4 amostras em 30 dias, temos um campo de manobra vasto, pelo que se houver um problema de falta de avião em dois, três, quatro ou quinze dias consecutivos, temos sempre a hipótese de recolher quatro.

Há aqui uma folga bastante significativa, porque são quatro recolhas, que correspondem a quatro dias diferentes, em 30 dias. Portanto, é só fazer o exercício das capacidades que isso produz, da forma de recolha. Se não houver avião num dia, recolhe no outro, até que haja avião.

Como sabe, às vezes o avião não vai a São Jorge, mas também não é assim tão desastroso que não seja cumprido o plano que está estabelecido para a classificação de leite na Ilha de São Jorge.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para registar aqui uma preocupação que tem a ver com a passividade dos Srs. Deputados do Partido Socialista em relação à reivindicação de investimentos para São Jorge, no que respeita ao abastecimento de água e à pavimentação de caminhos agrícolas.

Notei que os senhores estão de acordo que, por exemplo, em relação ao abastecimento de água, nós estamos em boas condições.

O ano passado as coisas talvez não correram tanto mal como isso, mas é preciso não esquecer que há dois anos, pelo menos numa parte da ilha, a

lavoura teve grandes dificuldades. Desde esse ano até hoje, nada foi feito em relação a essa situação.

Relativamente às barragens existentes, nomeadamente na freguesia de Santo Antão, a barragem tem constantemente graves problemas de limpeza e de falta de vedação. Esta situação já se arrasta há longos anos e não há maneira de ser resolvida.

Em relação à pavimentação dos caminhos agrícolas, verdadeiramente foram pavimentados alguns quilómetros, mas acontece que foram mal pavimentados. Os caminhos estão em péssimo estado.

Nalguns troços, que são os principais, e dou como exemplo a zona do Topo, não foi pavimentado um único metro de caminho.

Acho que esta situação é uma grande preocupação para os quatro deputados de São Jorge.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aires Reis:

Essa de nos chamar passivos, é forte.

Eu estou nesta Casa apenas há dois anos e meio, mas acho que uma pessoa mais passiva do que o senhor não é fácil encontrar nesta Assembleia. Esta é a minha opinião.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Em relação aos caminhos de penetração, como o senhor sabe, de facto, existem alguns problemas e todos nós vemos isso.

É preciso ver que houve ali algumas experiências que não foram tão bem sucedidas como se esperava, mas a grande maioria delas foram feitas no vosso tempo e não no tempo do PS, como Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para esclarecer o Sr. Deputado Manuel Silveira que se formos falar em passividade, lembro-lhe as intervenções que o senhor traz a esta Casa, que são intervenções só para não ficar calado.

Verdadeiramente nunca vi o senhor reivindicar aqui alguns assuntos que os lavradores lhe apresentam.

Lembro-me de um conjunto de intervenções que o senhor fez a algum tempo atrás, que não reivindicavam nada para a ilha de São Jorge. Tem

sido esse o seu hábito, mas não o meu. Eu tenho trazido assuntos muito importantes para a minha ilha.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar de intervenções com o Sr. Deputado Aires Reis é penoso, porque as suas intervenções além de más, a maior parte não são feitas por si. As minhas são más, mas são feitas por mim.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Aires Reis pede a palavra para...?

Deputado Aires Reis (PSD): Para defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Sente-se ofendido, Sr. Deputado, concretamente com o quê?

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, com as afirmações do Sr. Deputado Manuel Silveira.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na minha opinião é importante assumirmos aquilo que sabemos fazer e aquilo que não sabemos.

As minhas intervenções são feitas por mim e quando tenho dúvida nalguma coisa, porque não sou especialista em todas as áreas, peço ajuda aos meus colegas, mas nunca cheguei à tribuna sem saber o que é que estava escrito na minha intervenção, mas já vi nesta Casa alguns casos desse género.

Obrigado.

Presidente: Esclarecida a situação e não havendo mais inscrições, nem das Velas, nem da Calheta, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo para uma intervenção.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Contar estórias daqui, desta tribuna, não é muito comum. Mas pode ser útil para perceber – quem dera que também sentir! – realidades que, de tanto referidas num discurso normal, não colam, não impressionam, passam ao lado de quem precisa abrir a mente e o coração às necessidades dos outros. E os outros, aqui, são os chamados sinistrados, as vítimas do sismo de 9 de Julho de 1998 (já foi em 1998!), vítimas, sobretudo, da arrogância de quem manda e não dialoga, da incompetência de projectistas, empreiteiros, fiscais, funcionários e responsáveis do CPR. Vítimas, ainda, da propaganda governamental na entrega de casas recuperadas, no anúncio de números de casos resolvidos, no debitar de milhões e mais milhões!...

Contar estórias, neste caso, agora e aqui, terá a conveniência de não as ver desmentidas, pelo menos por aqueles membros da Comissão de Acompanhamento da Acção Governativa na Reconstrução dos Estragos do Sismo de 9 de Julho de 1998, que estiveram quatro dias no Pico,

recebendo as queixas das pessoas (e tantas são, ainda!) que se sentem lesadas neste processo.

- Abalaram com a casa há quase um ano e nunca mais apareceram. Dizem que a empresa quebrou! – desabafava o ti António, cansado de incomodar o filho e a nora e mais os dois netos, a viver mal por sua causa e da patroa que já ia nos 60.

- Nem durmo bem, senhor, coa desgracia que nos caiu em cima.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): E a história da Deolinda?!

O Orador: Já chego lá.

Se tivessem deixado a casa, sempre dava para abrigar a cabeça, mesmo a meter muita água.

- Não digas isso, home! Querias tar naquela ratoeira? – atalhava a mulher que, assim, estava mais perto dos netos.

Quando levaram a pedra e as tábuas de pinho do soalho, disseram-lhes que iam começar prá semana, mas já tinham passado muitas, quase um ano, e nada. Promessa daqui, promessa dacolá, muitas idas à Madalena para falar com o senhor do CPR que nunca podia. Encontrava, sim, a postixa simpatia das meninas que não resolvem nada ou que dão desculpas esfarrapadas.

Apareciam na terra muitos que se diziam fiscais ou que pareciam mandar nas obras, mas também não sabiam ou não queriam dizer nada. E o senhor António que, em novo, até fazia umas coisas de pedreiro, via e pasmava das asneiras que uns principiantes daquelas artes iam fazendo. E não se podia dizer nada!... Quando aparecia algum encarregado a quem reclamar, lá se atamancava o que estava mal feito. Raramente se mandava demolir e fazer de novo, bem.

E, assim, iam passando os dias e o Ti António a ver trabalhar noutras casas, sem perceber isso a que chamavam prioridades. Tinham-lhe dito que havia uma lei para os velhos e deficientes serem os primeiros, mas ele não via nada disso na sua freguesia. – Que era o mesmo nas outras terras! – confessara-lhe o vizinho.

Falava várias vezes com o Presidente da Junta, que até era seu sobrinho, mas ele não podia dar jeito nenhum: – ó tio, eles não querem que a gente se meta nisso! O velho António não entendia nada: o João sempre era Presidente da Junta e isso já não valia?

Não valia, não! O que valia é que, passados quatro anos do sismo e quase um desde que lhe tinham abalado com a casa, andava ele pr'ali a matar as horas e os dias, à espera...

Como o Ti António e a patroa, andam muitos no Pico e no Faial a matar os dias, esperando que chegue a hora... Admirados porque não se atendem às prioridades legais para os idosos... Boquiabertos porque não conseguem perceber como é que as autoridades, que estão ali tão perto,

as das Câmaras e das Juntas, foram postas, ostensivamente, à parte deste processo, quiçá com receio de protagonismos... Tristes, ao ver erguer construções que se percebem mal feitas e sem poderem dizer e fazer nada... Incrédulos por ver enterrar dinheiro, inutilmente, em obras mal projectadas, mal programadas e, sobretudo, mal executadas... Inconformados por estarem na casa de familiares, há tanto tempo, quando a expectativa era por poucos meses ou medrosos porque continuam a viver, perigosamente, nas suas casas semi- arruinadas...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço perdão àqueles que já leram uma outra estória que recentemente publiquei nalguns jornais e que pelos vistos o Sr. Secretário José Contento já leu, mas vou voltar a ler.

Já tinha 70 anos quando, naquela madrugada de 9 de Julho de 1998, tudo tremeu e a casa se escaqueirou. “Estava amanhadinha de novo” com a ajuda de parentes e amigos que, contado o dinheiro das magras pensões, quase não deu para o cimento. “Sempre se pôs com dono um bocadinho de terra no Arrodeio que deu para comprar as tintas!”

A Tia Deolinda vivia com dois irmãos bem entrados nos sessenta: a irmã, acamada, ali ao lado, gritava de susto e ao irmão, surdo-mudo, tacteando, foi encontrá-lo no quarto contíguo, petrificado de pânico. Na escuridão, gritou por socorro, mas este demorou... Naqueles assados, a quem acudir primeiro? Valeu que o dia não demorou a clarear... mas com ele veio o desânimo: foram aparecendo as mazelas nas paredes, no tecto, depois no balcão. Louças partidas e a televisão ali caída, desventrada. Até uma pequena cozinha, atrás da casa, onde no forno de lenha se cozia o bolo e o pão de milho e, outrora, os folares e as rosquilhas, não escapou e desabou, inteirinha.

A casa não parecia ir desabar. Com a ajuda dos vizinhos, limpou-se o que se pôde e ali ficaram mais uns dias e longas noites... sempre medrosos, porque um susto daqueles leva tempo a esquecer. Apareceram uns senhores do governo, depois uns senhores engenheiros: que deviam sair dali porque a casa não oferecia segurança! “Ir pra onde?” – interrogava-se a Tia Deolinda. “Vai haver uns pré-fabricados de madeira, mas quem resolver o seu problema sem eles vai ser dos primeiros a ter a sua casa pronta.”

A tia Deolinda pensou, pensou... – Como ir com uma irmã acamada e um irmão surdo-mudo para uma barraca de madeira, isso que os meus senhores diziam ser um pré-fabricado?

Os sobrinhos souberam do imbróglio e vieram dizer que fossem “lá pra casa”. Era uma casa razoável e tinha-se aguentado! Sempre era por pouco tempo!...

Mas a tia Deolinda e os seus irmãos lá continuam, enfezados, pelo incómodo que, durante estes anos, têm dado aos sobrinhos que, mesmo assim, os tratam muito bem!

O pior é que ninguém consegue explicar ao irmão, surdo-mudo, esta demora e já não se aguentam as mais variadas e até agressivas manifestações de revolta. Pudera, se os que ouvem e falam também não entendem!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como a tia Deolinda, vários são os repetentes nisto de virem contar os seus dramáticos (porque não dizer inacreditáveis!?) casos aos deputados da Comissão. Nestes quatro anos, quantas vezes já os disseram aos senhores mais influentes da freguesia que são do partido do Governo, aos senhores deputados da ilha, sobretudo aos do partido do Governo, aos senhores das obras, aos fiscais e a tantos que aparecem por lá e que as tias deolindas não conhecem, mas que trabalham para o

Governo ou, com um pouco de sorte, talvez sejam do Governo. Nestes quatro anos, quantas vezes já desabafaram com o Presidente da Junta, com o Presidente da Câmara ou com o Vereador, porque estes pelo menos ouvem. E nada... para além de prazos não cumpridos pelo CPR e pelos empreiteiros.

A Lídia vive com o marido que é carpinteiro e “que já podia ter feito tanta coisa co’a sua mão nesta casa”. A construção estava parada há um ano e o casal com os seus três filhos pequenos a viver, todo este tempo, “como só Deus e a gente é que sabem”, num pré-fabricado de madeira.

- O meu fez, ao lado, um barracozinho de madeira onde faço a comida. Sempre não fica tudo a cheirar a fritos! – Era uma pequena parte da história da Lídia que, já de pé, desabafava:

- O senhor Contente falou comigo. Eu disse-lhe que ele andava muito contente com o andamento das obras, mas que eu estava muito descontente!...

Tantas lídias, por aí, com as casas começadas, abruptamente interrompidas, recomeçadas uma e outra vez, sem que ninguém saiba o porquê. Meses sem obra, dias difíceis, sobretudo para os mais novos, os filhos, para quem sempre sonharam uma vida melhor...

Quantos carpinteiros como o marido da Lídia, pedreiros, pintores gostariam de ter trabalhado na recuperação, a tempo e horas, de suas casas. Nem era necessário muito dinheiro. – Bastavam uns 1.000 contos! – tanto quanto pediu o André para meter mãos à obra e concertar a sua casa. Os senhores do Governo não quiseram... Soube, depois, que o empreiteiro tinha cobrado 13.000 contos pelas obras que, enfim, tinham terminado. – Se as tivesse feito eu, não tinham ficado piores!...

- Ó senhor, fizeram obras e a casa não tem lugar nenhum que vede. O chão já empolou. As mobílias estão cheias de bolor, tantas são as águas! A chaminé derrama como um cesto! Ó senhores, não tem nada em condições!... – era a mulher do Fernando do Alto que se lastimava do estado da sua casa, depois daquilo a que chamaram reabilitação.

E eles que tinham visto tudo, assim, a ser mal feito e sem poderem piar. – Não têm nada que se meter nisto! – resmungavam-lhes. Os senhores fiscais é que sabem.

O Carlos está a trabalhar, não pôde vir, mas manda um recado pela filha:

- O nosso tecto está a deslizar para os lados de S. Roque! As janelas da frente todas metem água. É uma desgraça!

A cabeça branca do senhor Leonel era o testemunho de que a sua amargura era sentida: – Tem começado outras e não acabam as que estão por acabar!...

Um sem fim de estórias, umas menos complexas, outras mais complicadas outras, ainda, dramáticas, algumas patéticas, absurdas.

Aquela de dizerem à Liduína que os estragos provocados pelo sismo tinham acontecido porque a casa tinha sido mal construída de raiz e, por isso, não recebia apoio, era demais!

- Isto não lembrava ao diabo! – barafustava. Então, porque é que tinham ruído as casas todas? Porque é que tinham ficado danificadas? Não era por isso, também!?

Tinha vindo de longe. O vizinho António dera-lhe boleia. Não fora assim, não teria chegado ao centro da vila para falar com aqueles senhores. Falar com mais senhores, outra vez! – magicava, incrédula. E para ali ficou, no meio daquela sala cheia de gente, à espera que conseguisse dizer da sua mágoa, do seu drama.

– Moro sozinha mais Nosso Senhor! Estou velha e doente. Perto, vou morrer! Não me concertam a minha casinha e também não a vão arranjar para Nosso Senhor!

E vinha o José António reclamando do pouco dinheiro que lhe queriam dar para ser ele a tomar conta das suas obras quando as outras, por empreitada, custavam milhares e não eram assim tão bem feitas!...

E chegava a Olívia dizendo não ter recebido, ainda, o dinheiro dos trabalhos a mais que a obrigaram a fazer na sua casa...

E entrava o Fernando: – Que o arquitecto era teimoso – uma boa espadilha! – e não queria que se mudasse uma parede!

Que alegria, a da Arminda, que, um destes dias, viu entrar no seu terreno os mestres para começar a casa... Não consegue, ainda hoje, disfarçar o espanto e a desilusão por, poucas horas passadas, os mestres terem abandonado o local porque, disseram, “a casa não cabia no terreno”!

E a Maria, de mãos a abanar, sem um bocado de terra, nem dinheiro para o comprar...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E este CPR e o Governo que o tutela não ouvem e, se ouvem, não entendem os José Antónios e as Olívias, os Fernandos e as Armindas que continuam reclamando, na esperança que alguém os ouça...

E este CPR e este Governo que o tutela não vê e, se vê, não enxerga os tios Antónios e as tias Deolindas, o senhor Leonel e tantos outros que, por aí, se vão arrastando, desanimados à espera...

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do PP e do PCP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvimos naturalmente com atenção as histórias que o Sr. Deputado Manuel Azevedo trouxe a esta Casa.

Nós também tivemos nas reuniões realizadas pela Comissão nos últimos dias. Ouvimos o relato de cerca de duas centenas de pessoas que nos procuraram, como também já tínhamos ouvido muitas outras relativas e, inclusivamente algumas repetidos, daquelas pessoas que nos voltaram a procurar ao longo de todos os dias que passámos nas freguesias da Ilha do Pico, conversando e ouvindo as histórias dos sinistrados.

Naturalmente que a questão da reconstrução preocupa-nos, pelo menos tanto como preocupa o Deputado Manuel Azevedo, como preocupa qualquer bancada ou qualquer grupo parlamentar nesta Casa, como preocupa qualquer governante ou qualquer açoriano.

É certo que enquanto existir uma casa por recuperar, é certo que enquanto existir um processo de um sinistrado por concluir, existirão razões de queixa, existirão pelo menos as razões desse sinistrado.

Mas quando se contam histórias procurando fazer da árvore o bosque, pode-se gerar confusão, pode-se não ter a seriedade com que estas questões devem ser abordadas.

Estas questões têm que ser abordadas com muita seriedade, com muita responsabilidade e sobretudo com muita solidariedade, porque são questões preocupantes, questões que afectam profundamente a vida de muitas pessoas e de muitas famílias.

Estas questões devem ser abordadas com aquela solidariedade que não tivemos oportunidade, durante este plenário, de ver das bancadas do PSD e do CDS/PP e que não vemos da parte do Governo da República. É importante notar este aspecto.

Das histórias do Sr. Deputado Manuel Azevedo, que referenciou algumas questões, podemos elencar os grandes grupos em que se encontram as preocupações das pessoas que a Comissão teve oportunidade de ouvir no Pico e foram identificados oito grandes grupos.

A questão mais abordada, pelo menos na percepção que tive na intervenção do Sr. Deputado Manuel Azevedo, foi a questão dos problemas de construção ou de algumas deficiências de construção, procurando dar a volta ao texto, querendo transformar uma reconstrução que aqui afirmamos e reafirmamos, toda ela sustentada na qualidade do processo construtivo, fazendo entender que assim não é.

Dessas 215 pessoas que nos falaram, apenas 16 nos referenciaram problemas de construção, alguns deles problemas construtivos, outros de pouca monta e pouca relevância, não obstante de serem questões naturalmente que a empresa e a fiscalização terão que ultrapassar.

Repito: foram apenas 16 e desses 16 – e o Sr. Deputado Manuel Azevedo não disse – metade refere-se a uma empresa e a uma freguesia, uma situação que creio que o CPR, o Sr. Secretário e o Governo, já têm conhecimento. É uma questão concreta de uma empresa num determinado conjunto de obras.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluiu.

O Orador: Terminei já, Sr. Presidente.

Para terminar e vamos ter oportunidade de voltar a mais questões que temos aqui anotadas, no primeiro grupo das questões levantadas pelos sinistrados, estava a definição das prioridades, onde participavam as juntas de freguesia, os presidentes de junta de freguesia.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Não é verdade!

O Orador: Nessa questão da definição das prioridades, uma das primeiras preocupações manifestadas pelos sinistrados que a Comissão ouviu, não consta das histórias do Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Portanto, esta nota tinha que ser feita e tinha que ser aqui deixada.

O CPR não ouve. Há queixas e aparece em terceiro lugar (problemas de informação e de comunicação). Todos nós detectámos e isso preocupa-nos.

A bem da verdade é importante dizer nesta Casa que o vogal do CPR, também delegado da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, na Ilha do Pico, desde o sismo, já recebeu em audiências pessoais mais de 800 josés, antónios, lídias e deolindas e todas essas audiências foram registadas e anotadas pelo punho dele, no papel.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Srs. Deputados, atingida as 19 horas, vamos suspender este debate por hoje e passamos para a Ordem do Dia.

O Sr. Deputado José Decq Mota pede a palavra para...?

Deputado José Decq Mota (PCP): Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente eu estou inscrito neste debate e queria solicitar a V. Exa. que fosse mantida a inscrição do Deputado Paulo Valadão no período de antes da ordem do dia para amanhã e que nos termos do Regimento o tempo que nos resta de hoje transitasse para amanhã.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado.

Vamos passar ao **Período da Ordem do Dia**.

Como primeiro ponto, temos o **abaixo-assinado dos visitantes e frequentadores da zona da Pedreira do Meio (Santa Clara), Concelho de Ponta Delgada**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cumprindo o disposto no nº 3 do artigo 126º do Regimento, cumpre-nos agora proceder à apresentação do relatório elaborado pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho e relativo à petição subscrita por 358 cidadãos que se identificam como residentes, trabalhadores, visitantes e frequentadores da zona da Pedreira do Meio, lugar de Santa Clara, Freguesia de São José, Concelho de Ponta Delgada, acerca da existência e funcionamento naquele local de instalações e depósitos de combustível da firma “BENCOM, SA”.

De acordo com os seus autores, a petição apresentada à Assembleia Legislativa Regional, justificou-se no facto de se sentirem lesados pelo licenciamento da existência e funcionamento de instalações e depósitos de combustível na referida zona e por terem resultado “infrutíferas”, todas as diligências até à data efectuadas “junto das entidades competentes”.

Através deste instrumento constitucionalmente previsto, os peticionários por se considerarem lesados no seu interesse individual, colectivo, patrimonial e ambiental, reclamaram que a Assembleia Legislativa Regional, se pronunciasse sobre a legitimidade, face à legislação em vigor, da manutenção e funcionamento daquelas instalações de armazenagem de combustíveis, propriedade da firma “BENCOM, SA”, e sobre a possibilidade ou não de novo e futuro licenciamento daquelas instalações.

No exercício das competências que lhes estão atribuídas, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho procedeu à análise da petição e desenvolveu as diligências que entendeu por necessárias, designadamente num conjunto de audições a diversas entidades, o que lhe permitiu concluir o seguinte:

- A actividade em causa tem como quadro legal o Decreto nº 29.034, de 1 de Outubro de 1938, que “regulamenta a importação, armazenagem e tratamento industrial de petróleos brutos, seus derivados e resíduos” e o Decreto n.º 36.270, de 9 de Maio de 1947, que “estabelece as regras de segurança das instalações para armazenagem e tratamento industrial de petróleos brutos, seus derivados e resíduos”.

- Os referidos depósitos onde são armazenados fuel-óleo e asfalto encontram-se em funcionamento desde 1930 e estão instalados em terrenos propriedade da Região Autónoma dos Açores e sob jurisdição da Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada

- De acordo com o disposto no art.º 1.º do “Regulamento de segurança das instalações para armazenagem e tratamento industrial de petróleos brutos, seus derivados e resíduos”, aprovado pelo Decreto n.º 36.270, de 9 de Maio de 1947, do ponto de vista da segurança, aquelas instalações são classificadas de 3.ª categoria – *Produtos combustíveis*.

- Apesar de não serem potencialmente explosivos ou inflamáveis, os produtos armazenados representam um risco real para aquela zona, densamente povoada, considerando a ocorrência de um eventual derrame e/ou incêndio.

- O alargamento progressivo da malha urbana de Ponta Delgada, associado a uma ausência de planeamento, conduziu a que hoje exista

um conjunto de habitações que não respeitam as distâncias de protecção legalmente previstas, nomeadamente o disposto no art.º 12.º, ponto VII, do supracitado “Regulamento de Segurança”

- Também a abertura à circulação pública de uma estrada propriedade da Junta Autónoma colide com as disposições legais aplicáveis, designadamente porque desrespeita a distância mínima de 15 metros prevista na Tabela I anexa ao referido Regulamento.

- Contudo, o Plano Director Municipal, aprovado pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada e ratificado pelo Governo Regional, absorveu as instalações da BENCOM, S.A. actualmente existentes na Pedreira do Meio, e não consta que em devido tempo, nomeadamente na fase da discussão pública daquele PDM, a localização das referidas instalações tenha sido questionada.

- Em 1993 o alvará de licenciamento da actividade desenvolvida naquelas instalações pela firma BENCOM, S.A., foi renovado pelo período de 20 anos.

- A utilização dos terrenos onde estão implantados os depósitos de armazenagem dos combustíveis foi objecto de um contrato administrativo de concessão entre a Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada e a firma BENCOM, S.A., celebrado em 1996 e válido pelo período de 10 anos.

- A análise dos documentos a que a Comissão teve acesso não conduziu à detecção de qualquer irregularidade susceptível de pôr em causa o respectivo alvará nem o contrato administrativo de concessão dos terrenos onde se situam aquelas instalações.

- Em parecer emitido na sequência de queixas apresentadas pelos moradores da Pedreira do Meio, o Provedor de Justiça pronunciou-se pela “impossibilidade jurídica do Governo Regional dos Açores impor à empresa BENCOM, por via administrativa, a transferência das instalações do estabelecimento”.

- Também a Direcção Regional do Ambiente, perante reclamação apresentada, se pronunciou no sentido de que apesar das instalações “se encontrarem desenquadradas do ponto de vista urbanístico, actualmente encontram-se licenciadas ao abrigo da lei”, salientando, no entanto, que “a unidade industrial que constitui a BENCOM, pela sua proximidade da orla marítima e do aglomerado populacional, deveria ser deslocada para outra zona”.

- As referidas instalações têm sido objecto de fiscalização por parte das entidades competentes, designadamente a Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia, Serviço de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores e Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada.

- Na última vistoria conjunta, ocorrida em 4 de Dezembro de 2001, os peritos foram de parecer que “a instalação em causa reúne as condições mínimas para continuar em funcionamento” e que deverá “manter-se o bom estado de conservação, operacionalidade e limpeza” à data verificada, do que foi dado conhecimento aos representantes dos moradores na zona.

Em face destas conclusões, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. Sendo detentora do alvará para o exercício da actividade de armazenagem de combustíveis naquele local e tendo contratado a ocupação dos terrenos onde se situam os respectivos tanques, a firma BENCOM, S.A. goza de total legitimidade para manter em funcionamento as suas instalações sitas na Pedreira do Meio (Santa Clara), freguesia de São José, concelho de Ponta Delgada.

2. Deverá ser assegurada, pelas entidades competentes, uma regular fiscalização das condições de operação e de segurança daquelas instalações, designadamente no que concerne aos dispositivos de combate a incêndios, aos sistemas de prevenção de derrames para o mar e ao estado de conservação dos depósitos, a par do controlo de qualidade do ar na zona envolvente, cujos resultados deverão ser levados ao conhecimento dos moradores.

3. Considerando os riscos para as populações, associados à impossibilidade prática de fazer cumprir algumas das cláusulas do “Regulamento de Segurança” legalmente em vigor, designadamente no que concerne à distância em relação às habitações, deverá ser equacionada a futura transferência das referidas instalações para outro local, eventualmente a ser definido no Plano Director do Porto de Ponta Delgada, actualmente em fase de elaboração.

Mais deliberou a Comissão propor que o relatório, ora apresentado, seja levado a conhecimento do Governo Regional, da firma BENCOM, S.A., da Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada, da Capitania do Porto de Ponta Delgada e da Câmara Municipal de

Ponta Delgada, para além de ser enviado ao primeiro subscritor da petição, conforme dispõe o artigo 127º do Regimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, nos termos regimentais pode intervir um representante de cada partido político.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira observação que gostaria de fazer a este propósito é, uma vez mais, o cuidado com que a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, tem tratado as petições – e nesta legislatura já foram várias – que lhe têm sido atribuídas para análise.

O cuidado revela-se na forma como o trabalho é organizado, como as audições são feitas e como o relatório é cuidado.

A segunda observação que penso que dá importância política, pelo menos no meu ponto de vista, à minha intervenção, é uma observação factual.

Este relatório foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes em Comissão, como é indicado, mas não foi aprovado por unanimidade dos partidos existentes na Comissão, porque, com falta justificada regimentalmente, não pude estar presente nesse debate. Portanto, este relatório não reflecte necessariamente todo o entendimento que todos temos na Comissão e de todos os partidos nela representados.

Por isso, pedia à Câmara que me desse meia dúzia de minutos de atenção para poder fazer algumas observações relativamente a algumas passagens do relatório, algumas afirmações feitas e algumas conclusões do parecer.

Em primeiro lugar, gostava de referir que na audição do Sr. Secretário Regional do Ambiente foi por ele dito que a situação relativa a este assunto deveria ter sido colocada pelos cidadãos na altura da aprovação do Plano Director Municipal de Ponta Delgada, porque não se pode – e passo a citar – “estar a pôr sistematicamente em causa o que se aprovou democraticamente em termos de ordenamento”.

Eu tenho conhecimento – e posso informar quem são as pessoas – que houve cidadãos – e alguns integram esta Comissão – que responderam ao inquérito oficial feito pela Câmara de Ponta Delgada, relativamente a esta matéria.

Essas posições não foram tidas em conta e isso é outra questão. Esses cidadãos, legitimamente, recorreram a outros meios que a Constituição e as leis lhes possibilita.

Enfatizar isso como causa da situação, não me parece politicamente correcto, nem rigoroso, em termos factuais.

Em segundo lugar, nós estamos perante um problema complexo e toda a gente percebe. Nós estamos perante a existência de uma instalação industrial de natureza específica de combustíveis que foi feita praticamente num sítio que não era habitacional e passados 50 ou 60 anos está envolvida por casas. Mas não é só: junto, não em termos legais, passa uma estrada que foi a primeira abertura da cidade de Ponta Delgada – há 15 anos atrás era completamente fechada – que transformou a estrada de serviço da doca em saída para o aeroporto. Não está a 15 metros dos tanques.

Portanto, há todo um conjunto de situações que tornaram aquela situação extremamente complexa e grave. Temos problemas de gestão urbanística, porque muitas das casas foram autorizadas, com toda a certeza. Recentemente, foi construído um prédio de 3 pisos atrás dos tanques.

Há toda uma situação complicada que hoje cai nas mãos de quem exerce os poderes autárquico, regional, etc.. Para esta situação tem que ser perspectivada saída.

Quanto a isso, gostaria de dizer, com toda a clareza, que estou de acordo com a parte do relatório, das conclusões e do parecer, em que se diz que a firma licenciada com alvará não pode ser penalizada, mas é óbvio que mesmo lendo as audições com cuidado, apesar ter participado em algumas, percebe-se que já há saídas e essas saídas dependem da vontade política e das decisões que a seu tempo serão tomadas.

Aponto uma: a concessão do terreno por parte da Junta Autónoma é válida até 2006. A intenção da Junta, e foi declarado na audição, é não fazer nenhuma concessão, a partir de 2006, e fazer um contrato precário anual, para poder dar a possibilidade de se encontrar alternativas, mas é evidente que o representante da Junta nessa audição também diz que depende das orientações que receberem do Governo da tutela.

Depois temos um alvará até 2013. Aqui gostava de fazer uma correcção. É evidente que os produtos que são armazenados a título permanente naquela estação, é o fuel-óleo e o asfalto, mas é evidente que o alvará autoriza o armazenamento de gasóleo e aquelas instalações são utilizadas para fazer a trasfega de gasóleo para a doca.

Sei do que estou a falar porque, passei muitos anos em Ponta Delgada e sei exactamente os dias em que há gasóleo naquele depósito, porque a instalação onde trabalho em Ponta Delgada, quando lá estou, fica a 20 metros dos tanques de gasóleo.

Não vamos diminuir a questão da perigosidade. De facto, em termos permanentes, é fuel-óleo e asfalto que lá está, mas a trasfega é feita em certos dias, quando é necessário, usando um depósito com 10 mil metros cúbicos. Nota-se perfeitamente no ar os dias em que essa situação é feita.

Estamos numa situação em que há um alvará que caduca em 2013.

Eu aprovo plenamente a conclusão do parecer da Comissão em que diz – e passo a citar – “considerando os riscos para as populações, associados à impossibilidade prática de fazer cumprir algumas das cláusulas do “Regulamento de Segurança” legalmente em vigor, deverá ser equacionada a futura transferência das referidas instalações para outro local, eventualmente a ser indicado no Plano Director do Porto de Ponta Delgada.”

Eu estou de acordo com isto, mas penso que para esta conclusão ser politicamente mais forte e mais válida, precisava ter uma alusão a duas datas, à data de 2006 que termina a concessão do terreno e à data de 2013 que determina o alvará.

Todas as diligências necessárias, nomeadamente a aprovação do Plano Director do Porto de Ponta Delgada, com a definição de localização de um futuro parque de combustíveis e todas as questões referentes a um futuro licenciamento, deviam ser obrigatoriamente tratadas neste prazo de tempo, tendo em conta estas duas datas.

Se não for feito assim, se eventualmente a Junta Autónoma fizer nova concessão por um prazo maior de alvará, a partir de 2006 terá que ser concedido o alvará, porque já está feita a concessão do terreno, se não o empresário terá que ser indemnizado.

Há uma possibilidade, mas falta nesta conclusão estas balizas destas duas datas. Penso que esta é uma lacuna que empobrece o relatório.

Penso que o relatório é um passo com alguma importância. Para quem quiser ler, ver e perceber, mostra a complexidade do problema, mostra a necessidade de haver várias entidades a colaborarem entre si, nomeadamente o poder autárquico e o poder regional, mostra a necessidade de se encontrar uma solução para erradicar uma monstrosidade urbanística que a vida foi criando ao longo de 60 anos. Eu não estou a culpar ninguém em especial. Foi assim que Ponta Delgada evoluiu, foi assim que a situação se desenvolveu.

Seria muito bom que isso estivesse no relatório. Não está, mas tenho a ideia de que do conjunto do relatório, este debate, tudo o que já aqui foi dito e o que possa ser dito por outros, será uma peça importante num processo complexo, um processo em relação ao qual há que louvar a determinação e o empenho dos cidadãos que trabalham nesta matéria e que só defendem os seus legítimos

interesses e estão a defender a melhor qualidade de vida para a própria cidade de Ponta Delgada, no seu conjunto.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP foi daqueles que, participando em todo este processo desta petição, concordou em pleno com o relatório, com as conclusões e com o próprio parecer que aqui é apresentado.

Entendemos que por ser uma petição, uma riqueza do processo democrático, em nosso entendimento, não deve ficar por aqui. Mais importante do que toda esta fase é que haja uma solução prática para isto e uma solução que vá ao encontro daquilo que são as expectativas das pessoas que, usando essa abertura democrática, encetaram todo este processo.

É por isso fundamental, em nosso entender, que a apresentação disto signifique também que a solução tem que ser sobretudo política, que aquilo que daqui há-de originar deve ser sobretudo um compromisso político, porque juridicamente, com todo o respeito pelos prazos que são apresentados pelo Sr. Deputado Decq Mota e todas as outras soluções que possam parecer mais simples, é evidente que há aqui direitos que são mais do que garantidos, como há também o direito à qualidade de vida das pessoas. É por isso que digo que esta solução deve ser política.

Juridicamente de todas as falhas que possam existir, nunca se pode atribuir isso à empresa. Já foi referido aqui a questão da rua. É evidente que a rua está muito mais próxima do que aquilo que a lei exige, mas também é verdade que aquilo não é um caminho público, é uma rua privada, e também é verdade que se algo está mal não é a empresa, é a rua, porque a empresa já lá estava antes.

Se juridicamente formos por aí, a conclusão não vai ser fácil. Por isso deve ser sobretudo política e nesta fase em que o Plano Director do Porto ainda não está pronto, aproveitando o facto, conforme foi dito em sede de comissão, da própria BENCOM estar disponível para novas soluções, desde que respeitando aquilo que é a normalidade de um investimento como este e que tem que estar numa situação parecida com aquela, aproveitando todo esse compromisso, politicamente as entidades responsáveis terão que levar avante aquilo, porque se se ficar por aqui, de pouco ou nada serviu.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente este relatório, porque entende que ele transcreve o que se passou durante os trabalhos da Comissão.

Compreendemos perfeitamente as preocupações dos signatários desta petição e pensamos que estes actuaram muito bem ao exercerem este seu legítimo direito, revelando a consciência cívica e democrática que não é por demais realçar.

Analisada toda a situação, existem 3 factores que devem ser realçados:

1º - Neste momento, as instalações em causa estão perfeitamente legais, além de, em termos de segurança, cumprirem as normas em vigor.

2º - O alvará de concessão de exploração, emitido nos termos da lei, está em vigor até 2013.

3º - Tendo em conta que neste momento está em execução o Plano Director do Porto de Ponta Delgada, será possível começar a pensar em estudar o assunto, tendo para isto que existir um acordo prévio entre o Governo Regional, a Junta Autónoma de Portos e a empresa concessionária.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos.

Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, estamos perante uma situação de sensibilidade perfeitamente compreensível, particularmente para os habitantes da Pedreira do Meio, em Santa Clara, e estamos também perante um problema cuja decisão mais adequada não é fácil de se realizar imediatamente. Creio que, de forma sensata, todos estaremos de acordo com isso, porque não merece grandes dúvidas.

O facto dos moradores locais e alguns visitantes daquela área se terem manifestado, apresentando as suas preocupações a quem de direito, é positivo. É uma forma elevada de manifestação das populações que consideramos exemplar e a seguir. De facto, é uma intervenção de cidadania que não é demais louvar.

As preocupações que manifestaram, são preocupações perfeitamente legítimas e às quais não podemos nem devemos ser de modo nenhum indiferentes.

Houve, em nosso entender, da parte da Comissão, o cuidado de ouvir, trocar impressões com um leque tão vasto quanto possível e necessário para poder emitir parecer, a partir da auscultação, em primeira instância, dos próprios ou dos representantes da petição.

Verificamos que à data da construção daquelas instalações, a zona era despovoada.

A crescente urbanização da cidade para aquela área foi aproximando o parque habitacional daquelas instalações.

Porém, e não temos razão para dizer o contrário, tem havido uma preocupação constante – e pensamos que não podemos ser indiferentes a isto – da parte da própria entidade exploradora daquele espaço em respeitar os padrões de segurança para a respectiva utilização.

Sem querermos polemizar, sem querermos duvidar daquilo que foi dito aqui anteriormente, também podemos dizer que temos razões para acreditar que não há naqueles depósitos, naquele espaço, trasfega de gasóleo. Contactámos com algumas entidades responsáveis que nos disseram que não há trasfega de gasóleo naquela área.

Devemos acrescentar aqui que, da parte da empresa exploradora, está a ser implementado um sistema de gestão de qualidade de acordo com a norma ISO 9/2000. Há esta constante preocupação.

Da parte da Secretaria Regional do Ambiente, está a decorrer durante o presente ano de 2002, um estudo dos efeitos ambientais no local, para depois ser dado conhecimento dele aos moradores, como creio que é feita referência no parecer.

No entanto, e para finalizar, estamos completamente de acordo que é necessário encontrar uma solução para este problema. Corroboramos da preocupação dos moradores daquela zona, de que se deve encontrar uma solução para a localização em espaço diferente daquelas instalações.

Temos algum tempo para estudar esse problema. A solução não é fácil, nem é barata, como todos nós sabemos.

Portanto, temos algum tempo para reflectir sobre o assunto e o conjunto das forças intervenientes poderem estudar a solução mais adequada para defesa do ambiente local, para defesa da própria empresa e para melhoramento daquele espaço da cidade de Ponta Delgada.

Presidente: Srs. Deputados, como já devem ter verificado, o nosso Regimento é omissivo relativamente à intervenção do Governo, em matéria de petições.

Compete à Mesa integrar as lacunas e resolver os casos omissos.

De acordo com o interesse dos peticionários, interessa esclarecer este assunto.

Assim, a Mesa entende que o Sr. Secretário Regional da Economia deve intervir e futuramente, na conferência de líderes, isto será resolvido com carácter mais definitivo.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradeço o facto e a oportunidade que me dão para poder esclarecer este assunto que é complexo, como foi dito aqui pelas diversas bancadas, mas que tem tido uma evolução que eu acompanhei de perto.

Quando assumi a tutela da Secretaria Regional da Economia, em 96, um dos principais problemas que me debati, na área dos combustíveis, foi a armazenagem e combustíveis pretos na zona da Pedreira do Meio.

Um dos primeiros pedidos que fiz, à Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia, foi para analisar efectivamente, em termos jurídicos, a validade do alvará concedido em 93, verificar se estava tudo em ordem e que medida podia tomar para que aquela instalação cumprisse com todo o rigor as normas de segurança necessárias para uma instalação que está implantada muito próximo de casas e de uma via que hoje, embora privada, toda a gente sabe que é pública.

O problema é complexo. Não é fácil de ser resolvido.

Mas foi através desta petição e deste diálogo constante com o empresário que foi possível notar-se uma grande evolução nos últimos anos em termos de segurança e de qualidade da instalação.

O primeiro problema que ressalta à vista de todos, é que em 93 – a estrada é privada mas toda a gente sabe que é pública – as casas já existiam. Isso alerta-nos para um assunto extremamente importante, ou seja, para a discussão pública dos editais que se fazem nesta Região.

Por vezes, coloca-se em discussão Planos Directores Municipais, licenças de determinados alvarás e a população ou não reage ou não é dada a devia divulgação para que população reaja.

Eu estou plenamente de acordo com as conclusões desta Comissão. Certamente que o empresário percebe que em 2013 o alvará não será renovado, tal como não é renovado o alvará que existe no parque de combustíveis de Angra do Heroísmo, que já está praticamente resolvido, dado que hoje foi anunciado publicamente a constituição da empresa que irá fazer o parque de combustíveis da Praia da Vitória.

Julgo que em tempo útil – certamente não será por mim, porque não estarei neste cargo – serão tomadas as providências necessárias para que o empresário encontre uma nova localização para a construção daquele parque.

Até lá, compete-me a mim, enquanto estiver neste cargo e a todos os que me vierem a suceder, proceder a uma rigorosa e regular inspecção para que as regras de segurança sejam sempre cumpridas, mas devo dizer também em abono da verdade que neste momento estão garantidas estas regras de segurança.

É preciso ter em atenção que nós estamos a falar do fuel e do asfalto, ou seja, de uma perigosidade relativamente baixa, mas hoje em dia também a capacidade e a perigosidade de muitas coisas que acontecem por este mundo fora aumenta e a nossa insegurança também pode aumentar.

Nós ficaríamos muito melhor se aquela instalação estivesse localizada num sítio mais afastado das casas, das ruas, e certamente que até lá temos todos que fazer um esforço conjunto para a continuação das inspecções, das medidas de segurança naquela instalação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar eu queria prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Manuel Campos, relativamente à questão do gasóleo.

O senhor diz que tem informações que não é feita a trasfega do gasóleo. Eu tenho outras informações em sentido contrário.

No entanto, gostaria de chamar a atenção da Câmara para o seguinte: o alvará autoriza o armazenamento de 10 mil metros cúbicos de gasóleo. Não se pode dizer que seja apenas, embora predominantemente usada para outro tipo de produtos, uma instalação autorizada para gasóleo. Tenho conhecimento que é usada para trasfega.

Gostaria de deixar este esclarecimento para que este assunto não ficasse por esclarecer.

Registo com muito agrado o que ouvi do Sr. Secretário Regional e da determinação que mostrou na resolução deste problema. Gostaria apenas de acrescentar duas notas:

O Sr. Secretário Regional tem outra via de influência, através da sua tutela ou daquilo que tutela, que é através do Plano Director do Porto de Ponta Delgada, que está em elaboração.

Penso que também era importante, esclarecendo o Sr. Deputado Paulo Gusmão, dizer que quando avancei com datas de 2006 e 2013, não estava a entrar em nenhum problema de ordem jurídica. Estava a entrar em dois problemas factuais. Em 2006 acaba a concessão do terreno e em 2013 acaba o alvará. Em 2013 é ou não é renovado o alvará. Em 2006 é ou não é renovada a concessão ou em troca da concessão são feitos contratos precários até ao fim do alvará.

Não estava a apontar soluções de ordem jurídica, estava a chamar a atenção que na solução do problema tem que se ter em conta estas duas datas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em bom rigor tenho que apontar que este esclarecimento não seria possível, mas o precedente está aberto e temos que situar aqui duas ou três questões muito breves.

Primeiro, e como disse o Sr. Deputado Decq Mota, e muito bem, na sua intervenção, este relatório merecendo a unanimidade dos Deputados que participaram na sua votação, não contou com a presença, justificada em devido tempo, do representante do PCP. É certo que o relatório ao abrigo do artigo 125º faz referência expressa de que na devida reunião em que esta matéria foi tratada, o Sr. Deputado não estava presente. É uma precisão para que não fiquem dúvidas de qualquer má intenção de quem conduziu os trabalhos da comissão.

Segundo, há uma referência feita pelo Sr. Deputado relativamente ao relatório, isto é, o facto de não constar no relatório um limite temporal para a solução do problema.

Por um lado, o limite é óbvio, ou seja, não conceder a utilização dos terrenos de forma a que ela se prolongue para além de 2013 e não renovar o alvará de licenciamento em 2013. O Sr. Secretário acaba de confirmar esta mesma ideia.

Este relatório não é votado. O que interessa, em nosso entender, é o princípio, porque decorre do próprio Regimento, que se algum grupo parlamentar entender ir mais longe, tem a hipótese de iniciativa legislativa através de uma resolução ou de um projecto de decreto legislativo regional.

O que a Comissão faz aqui é, perante uma iniciativa concreta, emitir um parecer e apontar um rumo.

O Governo, ao que parece, concorda com as conclusões e ainda bem, da Comissão.

Qualquer grupo parlamentar, qualquer deputado individualmente, poderá, se assim o entender, tomar a iniciativa legislativa que entender mais adequada.

Muito obrigado Sr. Presidente, pela sua compreensão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para clarificar que disse de uma forma muito clara que há com certeza aqui duas soluções e que uma delas é usar os prazos – e passo o termo – e fazer o respectivo despejo e a outra é a tal solução política.

Embora o Sr. Secretário tenha sido claro, julgo que nesta parte, se fosse possível, gostaria que esclarecesse um pouco melhor se a sua intenção é apenas usar esse processo dos prazos, sendo certo que só tem mais dois anos para o fazer e são questão para 2006 e para 2013, ou se pretende encetar os ditos esforços para que esta situação seja incluída no Plano Director do Porto de Ponta Delgada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano Director do Porto de Ponta Delgada está em fase de elaboração.

Reconheço que há algumas fases que já estão a ser discutidas, até algumas publicamente.

Certamente que aquele local será essencial para a expansão do porto. Pensando na expansão do segundo molhe acostável para a zona de Santa Clara, para separar os granuleiros da parte de contentores e da parte de transporte de passageiros, será uma zona primordial para o desenvolvimento do porto.

Eu não posso dizer o que é que irá acontecer, porque o Plano Director ainda não está determinado e não está discutido.

O que é claro para todos é que neste momento se houvesse um edital para discussão pública, se aquelas instalações poderiam ser renovadas, imagine que fosse este o ano zero, certamente que as 348 pessoas que apareceram nesta petição estariam presentes nos actos públicos e impediriam que aquela instalação fosse renovada. Isso parece claro para todos.

Se hoje é verdade assim, também seria em 93. Só em 93, por distração, é que isso ocorreu, mas em 2013 ninguém poderá evitar que isso aconteça e o empresário está plenamente consciente disso.

Por isso está a fazer um conjunto de investimentos lá para manter a segurança, mas percebe que em 2013 a situação poderá ser mantida.

É isso que eu considero razoável.

Graças a Deus que nós estamos a trabalhar com produtos de perigosidade baixa.

Neste momento, as coisas mais inverosímeis, os atentados mais inverosímeis também acontecem e nós não podemos ter isso ao pé da porta, ao pé da cidade de Ponta Delgada.

Presidente: Srs. Deputados, creio que a petição e o seu assunto estão suficiente debatidos, porque não tenho mais inscrições.

O próximo ponto da ordem de trabalhos diz respeito ao Sistema Regional de Planeamento dos Açores.

Uma vez que faltam 15 minutos para o terminus do nosso tempo regimental, será mais prudente dar início amanhã, exactamente no período da ordem do dia.

Srs. Deputados, recordo que amanhã os nossos trabalhos começam às 10 horas com o período de antes da ordem do dia, que terminará obrigatoriamente às 13 horas e às 15 horas entramos de imediato no Período da Ordem do Dia com a Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Sistema Regional de Planeamento dos Açores.

Muito obrigado.

Boa noite.

(Eram 19 horas e 45 minutos)

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Luís Paulo de Serpa Alves

A Redactora: Maria da Conceição Fraga Branco